



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CMH 9ª Gestão

Data da Reunião: **21 de maio de 2026**

Local: Edifício Martinelli, Rua Líbero Badaró nº 504, no Auditório do 15º andar, sala 154, Centro, São Paulo.

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano 2026, às 14h00, nas dependências nas dependências do Edifício Martinelli, Rua Líbero Badaró nº 504, no Auditório do 15º andar, sala 154, São Paulo - Capital, reuniram-se para a 2ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação – 9ª Gestão, conforme lista de presença, os membros (as). **Conselheiros (as) presentes:** Carlos Augusto Manoel Vianna (SEHAB), Rafael Barreto Castelo da Cruz (SEHAB), Maksuel José da Costa (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo), Marisete Aparecida de Souza (Fórum dos Mutirões de SP), Luzia Barbosa Antunes Simões (SINDSEP), Paulina Maria da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde), José Tadeu Pedrosa (Esporte Clube Estrela do Jardim Formosa) e Edson Carlos Faleiros (APEOP). **Convidados (as) presentes:** Laís Renata Rosa de Oliveira (SEHAB/SECMH), Nilson Edson Leônidas (Conselheiro CMH-COHAB), Kátia Silene Batista dos Santos (SEHAB/Gabinete) e Dulce Helena dos Passos Santana (Taquigrafia). **Conselheiros (as) justificaram ausência:** Beatriz Kara José (Centro Universitário SENAC) e Isadora de Andrade Guerreiro (FAU-SP). **Conselheiros (as) ausentes:** Diogo Soares (COHAB), Aguinaldo da Silva França (ANESP), Rafael Ayres da Silva (SECOVI-SP), Sheila Mendes do Nascimento (MSTI) e Simone Ferreira Gatti (IAB-SP). **Pauta: Item 1 - Apreciação de Ata** Apreciação e deliberação sobre a Ata da 1ª Reunião Ordinária do CMH, realizada em 24/03/2026. **Item 2 – Discussão da organização Orçamentária do FMH e de SEHAB. Item 3- Outros Assuntos. Início da reunião:** Sr. Secretário: Boa tarde a todas e todos. Então, vamos abrir a 2ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação com o 1º item de pauta, que é aprovação e deliberação sobre a Ata da 1ª Reunião Ordinária do CMH, realizada em 24 de março de 2026. Aberta discussão. Os conselheiros que aprovam a Ata permaneçam como estão. Aprovado. Vamos partir para o segundo item de pauta, que é a discussão orçamentária do FMH e da SEHAB. Explicando um pouco esse item de pauta, senhores conselheiros e senhoras conselheiras, quando cheguei à Secretaria, tomando o pé um pouco do funcionamento dos Conselhos, e foi informado que, em uma reunião anterior desta Comissão Executiva, os conselheiros pontuaram que seria importante a gente conversar um pouco sobre como funciona a organização da Secretaria. De novo, não é aprovação de orçamento ou colocar a discussão de orçamento em pauta, acho que o adequado podemos falar adiante, mas para nos colocarmos no mesmo pé de qual é a organização orçamentária da Habitação dentro da Prefeitura de São Paulo. Pareceu super pertinente discutirmos este item. De novo, não é um item para apreciação, deliberação e aprovação, é um item de informe, para que consigamos ter clareza sobre a organização orçamentária da nossa Secretaria, e em discussões futuras neste Conselho, seja na Executiva ou no Conselho geral, de novo tenhamos uma visão de totalidade da organização orçamentária da Secretaria. Então, preparamos uma apresentação. De novo, essa é uma apresentação bastante sintética e objetiva de como é que funciona a organização orçamentária do município e, sobretudo, da SEHAB. Para quem já conhece, obviamente vai chover no molhado, mas eu acho importante passar isso para que todos nós tenhamos a mesma base de conhecimento. Para quem não sabe ou para quem não conhece, para aqueles que já conhecem e queiram compartilhar e participar, a Organização Orçamentária do Município é uma organização orçamentária que tem como base o Plano Plurianual. O Plano Plurianual é uma peça que apresenta as orientações orçamentárias daquela gestão que foi eleita, recentemente eleita, e que organiza toda a estrutura orçamentária do segundo ano da gestão, do terceiro ano da gestão, do quarto ano da gestão e do primeiro ano da gestão que irá adentrar a Prefeitura. Isso garante estabilidade orçamentária para o Executivo. Essa organização é válida sob a perspectiva municipal, estadual e federal. De novo, é uma forma de tentar assegurar a continuidade da política pública e o planejamento orçamentário das prioridades da cidade em longo prazo. Todo Chefe Executivo tem como missão, no seu primeiro ano, submeter essa peça, esse Plano Plurianual à apreciação dos vereadores para que isso seja debatido e aprovado pela cidade. Após isso aprovado, o PPA se desdobra em leis orçamentárias anuais. Todo ano, o Executivo submete ao Legislativo a lei orçamentária anual, que é a discretização daquele planejamento orçamentário anualizado previsto pelo Plano Plurianual para o próximo ano. Embora possa parecer que o Executivo tem discricionariedade para poder fazer a Lei de Diretrizes Orçamentárias, existem certas limitações legais e destinação de recursos carimbados, que é o famoso orçamento impositivo, em que não há muita opção de quem quer que seja no Executivo alocar recursos diferentes daqueles estabelecidos pelo orçamento impositivo, mas, sobretudo, ele também se consolida dentro de um programa de metas, uma gestão que é eleita, ela também apresenta o Plano de Metas, que é o pacto com a cidade daquilo que foi submetido a escrutínio eleitoral no ano anterior para viabilizar aquele plano de governo que foi validado pelos eleitores da cidade. Então, a peça orçamentária, ela tem como elemento importante de trabalho o Plano de Metas, que de novo, são as metas da gestão que foram pactuadas no escrutínio eleitoral do ano anterior. É desta forma que o orçamento municipal se consolida. Importante também deixar claro que a Prefeitura, os órgãos da administração direta, sobretudo, eles atuam sob o regime orçamentário, não sob o regime de caixa. Isso é importante ficar claro, porque é muito diferente essa forma de alocação. Um ente público, quando trabalha sob o regime orçamentário, ele trabalha sob estimativas orçamentárias. É previsão, não significa que aqueles recursos existem. É um cheque que não temos certeza se aquele cheque tem Fundo, sendo muito simplista, mas é uma previsão. Então, todo orçamento é desenhado como uma previsão orçamentária de gastos para o ano vindouro, cuja arrecadação das diferentes fontes de receita vai confirmar ou não. **Sr. José Tadeu:** Aproveitando, daí que se dá esse atraso nos pagamentos? **Sr. Secretário:** Também. **Sr. José Tadeu:** As

empresas estão sem receber, prejudica as associações, e consequentemente seus associados... **Sr. Secretário:** Também. Então, existem várias razões pelo empenho tardio ou pela liquidação não a contento. Porque esses recursos precisam chegar das diferentes fontes que estabelecem aquele orçamento. Alguns pagamentos, alguns contratos podem ou não ser suspensos em função daqueles recursos existirem ou não. Nenhum executivo tem autorização, nenhum ente público, nenhum administrador público, seja ele quem for, não tem autorização para autorizar despesa que não existe empenho. É ilegal. Então, tem que existir um empenho prévio para que aquela despesa seja efetivamente assumida e liquidada. O orçamento é anualizado. Então, depende um pouco do caso. Tem casos que sim, tem casos que não. Porque o orçamento, o regime público de orçamento é um orçamento anualizado, previsto com dotação orçamentária. Enfim, é exatamente nesse sentido. Vou passar um pouco para os próximos slides. Acho que também temos um pouquinho de clareza sobre esses espectros temporais. Então, ter um Plano de Metas vigente da atual gestão, que vale de 2025 e 2028, que orienta qual é a política pública que será materializada na cidade nos próximos quatro anos, a partir daquela gestão que foi eleita. De novo, é um pacto social e um pacto eleitoral. Então, aquela gestão que foi eleita, seja ela qual for, estabelece um pacto com a cidade, pacto eleitoral com a cidade, que confirmado, transforma-se em um Plano de Metas em que todos os agentes públicos que estão aqui nessa tarde, que temos contato, trabalham para alcançar esse Plano de Metas. É uma cobrança sistêmica e diária de todos nós aqui na Administração Pública para cumprir o Plano de Metas, que é, de novo, o compromisso que foi feito com a cidade para aquela gestão. Claro que esse Plano de Metas depende da disponibilidade dos recursos para ser implementado, e isso, de certa forma, depende das peças orçamentárias estabelecidas. Esse slide é interessante, porque ele apresenta um recorte das metas que talvez nos tanjam aqui diretamente, que são as metas associadas à entrega habitacional da cidade durante a gestão de 2025 e 2028. E é nesse horizonte, é nessa meta, que todos nós aqui estamos orientados. Materializar a entrega do Plano de Metas estabelecido pela cidade. Porque, de novo, é um pacto que foi feito pela gestão eleita, do ponto de vista eleitoral, com a cidade, e se transformou em uma política de Estado, pelo menos durante quatro anos, de entrega para a cidade, e todos os agentes públicos trabalham no cumprimento desse Plano de Metas. Então, temos a meta no horizonte de 2025 a 2028, de entregar mais de 40 mil unidades habitacionais, mais de 100 mil títulos de posse, mais de 50 mil famílias serem beneficiadas a partir de obras de urbanização, e a reforma/requalificação ou revitalização de pelo menos 20 empreendimentos da SEHAB e da COHAB. De novo, é a meta em que estamos trabalhando para entregar até o final de 2028. E no final de 2028, prestar contas das metas que foram atingidas, porque como foram atingidas, foram superadas, daquelas que não foram atingidas porque não foram atingidas. E podem existir inúmeras explicações para que aquelas metas não sejam atingidas, mas elas são sempre explicadas e justificadas para a cidade. E esse aqui é o Plano Plurianual previsto para os próximos quatro anos. Estamos um pouco pequenos, então saímos de um orçamento previsto, de novo, no Plano Plurianual, aprovado no ano passado para os próximos quatro anos, absorvendo, inclusive, o primeiro ano da próxima gestão, que vai de 5,3 bi nesse ano, chegando ali para o final, 2028 e 2029, para 4,9 bi. Isso é importante destacar, tirar alguns espantalhos da sala, quando eu falo espantalhos da sala, é tirar aqueles mitos que surgem às vezes, que não são verdades absolutas. Sempre escuta dizer que o orçamento no último ano, por ser um ano eleitoral, ele cresce sistemicamente, não é o que está estabelecido no Plano Plurianual, não é uma verdade absoluta. Temos um orçamento que, no último ano da gestão, é menor do que o segundo ano da gestão. Então, de novo, espantalhos que às vezes são colocados diariamente, que não representam absolutamente a verdade no nosso caso, do orçamento destinado à política habitacional. Enfim, há uma discretização, a partir inclusive de compromissos que são assumidos, etc., que definem esta peça. Aqui também está um pouco pequenininho, mas depois podemos mandar esse material para os conselheiros, mas que resume, de novo, outros indicadores. Então, de novo, temos indicadores gerais da política pública, 40 mil unidades, 100 mil títulos de posse entregues, etc., mas isso se desdobra em indicadores mais aproximados, metros quadrados, etc., unidades, isso também está descrito no Plano de Metas e no Plano Plurianual. Esse slide também é uma coisa interessante para falar um pouco da atuação programática da Prefeitura de São Paulo, sobretudo no que se estabelece a política habitacional. De novo, para dizer que temos uma política habitacional que é multilateral. Então, temos diversos programas de atendimento habitacional implementados neste momento na Secretaria e na COHAB, que dão resposta à carência habitacional enfrentada pela cidade. Tudo isso para dizer que temos como política importante de atendimento habitacional, o Pode Entrar, sejam nas suas inúmeras modalidades, o aquisição, o entidades, ou de reforma, etc., que atua sob uma forma de atendimento da política habitacional. Tem obras de provisão e entrega de obra pública, ou seja, projeto e construção de empreendimentos habitacionais estabelecidos pela própria municipalidade, como, por exemplo, os empreendimentos construídos no âmbito do programa Mananciais e de outras obras que temos executadas pela própria SEHAB e pela COHAB, que é outra forma de atendimento da política habitacional. Temos obras de reurbanização e urbanização de favelas em curso. Temos, de novo, inúmeras formas de atendimento habitacional. Tudo isso para dizer que não há uma concentração objetiva da política habitacional em uma única modalidade. Existem diversas formas de implementação da política habitacional na cidade, e todas elas atuando simultaneamente. Claro, algumas com maior alocação de recursos por um momento, outras com menos alocação de recursos a outro momento. Tudo isso em função da necessidade de atendimento emergente que existe na cidade. De novo, a Secretaria tem um atendimento multifuncional e que esse orçamento, embora possa parecer bastante significativo para a Secretaria e para a COHAB, ele faz frente a várias estratégias de atendimento habitacional implementados na cidade. Esse slide colocamos, porque achamos bastante importante, e do ponto de vista pedagógico ele é interessante, para discutirmos qual é o locus, o espaço da discussão orçamentária. O Conselho tem um papel fundamental e extremamente relevante para a cidade. Para deliberar sobre o Fundo Municipal de Habitação, o Conselho é o locus para discutir o Fundo Municipal de Habitação, implementar o controle social direto sobre os recursos do Fundo Municipal de Habitação, aprovar as contas do Fundo Municipal de Habitação e fixar algumas diretrizes e normas específicas para o funcionamento do Fundo Municipal de Habitação. Então, o locus de discussão, sobretudo de uma parcela das fontes de recursos da habitação, que é o Fundo Municipal de Habitação, é o CMH. O FMH não é a principal e não é a maior fonte orçamentária da política habitacional da cidade. Temos fontes muito mais significativas e muito mais robustas da política habitacional da cidade. De novo, o

FMH é uma parcela importante, significativa, mas não é a parcela mais importante que fornece ou que subsidia os recursos orçamentários para a política habitacional da cidade. O locus para discutir o FMH é esse que estamos aqui nesta tarde estabelecidos. O orçamento da SEHAB, o orçamento da Secretaria da Habitação, com a HAB está absorvida dentro disso, ele é elaborado tecnicamente pelas unidades da Secretaria, claro, sempre escutando com ouvidos bastante abertos as demandas da Sociedade Civil, que podem ser, inclusive, algumas delas endereçadas pelo Conselho, mas o Conselho não discute, sobretudo, o orçamento da SEHAB, não é o locus de discussão do orçamento da SEHAB e o Conselho. De novo, não quer dizer que a opinião do Conselho não é importante, não é isso que estamos dizendo. O Conselho fornece subsídios, pode fazer solicitações, pode encaminhar pedidos, mas a discussão é técnica e depois submetida ao Legislativo. Então, quem estabelece o processo participativo do orçamento da SEHAB é o Legislativo. São as audiências públicas do orçamento e a disputa por recurso entre todas as Secretarias que existem da cidade e todas as demandas que existem da cidade. E é o locus legítimo para a discussão do orçamento, que é o que aconteceu no ano passado. **Sr. José Tadeu:** Que é o que aconteceu no ano passado. **Sr. Secretário:** Então, é o momento de participar, de discutir, de debater e construir relacionamento com outras Secretarias, porque temos que entender que existem outras Secretarias que têm demandas também bastante urgentes e importantes, que também vão brigar por recursos. Não é uma briga não republicana, não é uma briga de embate bélico, é uma briga de recursos, de estabelecer prioridades conjuntamente e o processo participativo é rico justamente por conta disso. Vamos escutar as diversas opiniões, as diversas prioridades que podem existir, os diversos agentes sociais que se mobilizam a partir do orçamento e, conjuntamente, como cidade, perceber quais são as prioridades orçamentárias do próximo ano. E, se as nossas prioridades não forem atendidas naquele ano, vamos esperar o próximo ano, participar de novo dentro do processo participativo e tentar construir novamente essas prioridades. Eu acho que isso faz parte do processo e é interessante discutir. Então, de novo, as competências do CMH. Eu fiz um material interno para minha própria consulta. Acho que todo mundo tem muito claro isso. Esse slide, eu acho, talvez, um dos mais importantes para discutirmos nesta tarde. Quais são as fontes orçamentárias que estabelecem o orçamento da Secretaria da Habitação? O ecossistema de financiamento habitacional. De onde vêm os recursos que subsidiam a nossa política habitacional, seja ela qual for? O FUNDURB é um Fundo importante da cidade, que depende da produção imobiliária, ou seja, os empreendedores imobiliários, na cidade, todos eles, para ter o direito adicional de construção, pagam um recurso que outorga o negócio de direito de construir, esse recurso entra em uma conta, que é uma conta separada da Prefeitura, e 30% dos recursos do FUNDURB são endereçados para produção habitacional, para as obras de atendimento habitacional. Então, é uma fonte importante, uma fonte muito relevante, mas que ela depende da produção imobiliária, privada, que acontece nos diferentes territórios da cidade, para que esse Fundo seja alimentado. Então, de novo, não é um Fundo que depende, não depende em nada da arrecadação tributária da cidade diretamente, é muito mais da produção imobiliária privada, que alimenta recursos para esse Fundo. E uma parte importante desse Fundo é para a destinação habitacional, quase um terço do Fundo vem para a destinação habitacional, para os diferentes programas habitacionais que são estabelecidos, provisão direta, mananciais, etc., pode ir para entidades, etc. Então, essa é uma fonte. Outra fonte é o FMSAI, para operar na cidade de São Paulo, a empresa que opera o saneamento da cidade, para ter o direito de nos atender com esse serviço de saneamento, eles quase que pagam uma outorga para a cidade, que isso vai para um Fundo que é o FMSAI. Então, 7,5% da receita da SABESP vêm para esse Fundo, e que esse Fundo é para promoção habitacional e de urbanização associadas à promoção de saneamento. É uma fonte importante, é uma fonte bastante relevante, por isso que o município teve um papel fundamental na discussão da SABESP nos últimos anos, porque é uma fonte de recursos bastante interessante. E que temos um Conselho, esses Fundos todos têm um Conselho próprio. Então, o FUNDURB tem um Conselho próprio, o FMSAI tem um Conselho próprio, que aprova, inclusive, a destinação do recurso dentro daquele Fundo. Então, se a Habitação pretende priorizar determinados empreendimentos dentro do FUNDURB, isso é aprovado pelo Conselho gestor do FUNDURB, a mesma coisa pelo FMSAI. O FMH, que é a fonte que discutimos aqui no Conselho, é uma fonte importante. Existem recursos que são injetados no ecossistema habitacional da cidade, que são oriundos da SMUL, mas não quer dizer que a SMUL faz provisão habitacional, não é isso. A SMUL é o órgão titular, junto com a São Paulo Urbanismo, que operacionaliza as áreas de intervenção urbana e as operações urbanas consorciadas. Esses instrumentos urbanísticos têm mecanismos próprios de captura privada de recursos. Então, o resumo é, o empreendedor privado, para se construir nessas áreas de operações urbanas ou de áreas de intervenção urbana, ele precisa comprar o direito do potencial construtivo. Quando ele compra o direito desse potencial construtivo, isso fica também dentro de um Fundo com gestão específica, e parte desses recursos dentro dessas áreas específicas são destinadas à habitação. Na IU e nas operações urbanas, a promoção habitacional fica vinculada a um programa de intervenções. Então, quando uma lei é aprovada de uma determinada operação ou de um instrumento urbanístico, como a IU, o atendimento ou a estratégia habitacional estabelecida dentro daquele perímetro, ela é escrita em lei. Então, existe um programa de intervenção fixo, claro e estabelecido para receber o atendimento habitacional. Tem recursos do FMD, recursos que vêm do Tesouro, que chamamos aqui dentro da Prefeitura de Fonte 00, ou seja, são recursos que vêm da arrecadação total tributária do município, que entra no Tesouro, e o município coloca esses recursos dentro da política habitacional. Esse é o recurso que briga com todas as outras demandas da cidade. Então, recursos que vêm do IPTU, ISS, ITBI, etc., são a dividir o bolo dos tributos gerais dentro da Prefeitura. Isso precisa pagar o custeio da máquina, etc., e tal. Existem operações de crédito que estabelecemos, são empréstimos que a Prefeitura faz, das diferentes naturezas, que viabilizam parte da política habitacional. E outras transferências que podemos receber direta ou indiretamente. Então, essas são as fontes de recurso. Para dizer que existem fontes, que elas são carimbadas, não são orçamentos de livre alocação. **Sr. José Tadeu:** Um adendo. Este material, mesmo que for para apresentação, tinha que ser disponibilizado para nós antes. Tanto para apreciarmos, quanto para discutimos alguma coisa, ou até fazer uma interposição, ou alguma pergunta pertinente. Pedimos na outra reunião para tudo ser encaminhado para todos conselheiros antes, para podermos discutir e ajudar. **Sr. Secretário:** Explicando. Essa apresentação, por que ela não foi disponibilizada antes para os conselheiros? Porque foi uma apresentação que eu preparei para guiar a fala de hoje. Sabe quando eu terminei de montá-

la? Quinze minutos atrás. Estou falando com o coração aberto. Então, o material que eu preparei para poder organizar nossa linha de trabalho, nossa discussão, eu terminei de preparar hoje pela manhã. Por isso que eu não enviei antecipadamente. Mas você tem absoluta razão. Os materiais que produzimos com antecipação, para que possamos discutir com mais qualidade, vamos enviar sim mandar. Temos conversado junto com o nosso pessoal do CMH, e conversado com o pessoal, inclusive, da comunicação, da gente, inclusive, melhorar um pouco a página do CMH no site da SEHAB, para que ele vire também uma página que possamos fazer o repositório de conteúdo. Então, eu vim aqui nesta tarde, eu fiz uma apresentação, esta apresentação vai estar na página do CMH, como repositório de conteúdo, as atas, as apresentações, etc., para que consigamos construir uma memória de tudo o que a gente tratou e conversou ao longo do tempo. Eu acho que isso é superimportante. A gente tem feito, tem conversado semanalmente aqui com a equipe, para que possamos melhorar, sem sombra de dúvida, o fluxo de encaminhamento dos materiais para os conselheiros. E a ideia também, não enviamos esta apresentação antecipadamente, porque, evidentemente, quando a gente for discutir os planos de investimento, etc., vamos mandar isso antecipadamente, isso vai constar da ata, para que possamos discutir os números com clareza e todo mundo olhar. Fique tranquilo, é um compromisso nosso. **Sr. José Tadeu:** Como disse na reunião anterior, vou fazer por requerimento. Vou pedir algumas informações, mas via requerimento. O pessoal tem perguntado bastante. **Sr. Secretário:** Eu acho que pode ser interessante também, em vez de pautar em uma próxima... Concordo, você está absolutamente certo. Eu moro também na região da Aricanduva. O pessoal também tem me perguntado muito, porque ali tem tido uma explosão de lançamentos imobiliários por conta da chegada da linha verde do metrô, gigantesca. Não falta a placa. O pessoal tem me perguntado. Eu acho que o Conselho tem um papel importante, a minha visão, de ver a política pública e transmitir para a população e a Sociedade Civil o que está acontecendo com a política pública. Esclarecer os conselheiros é fundamental. É isso. Fazendo a explicação, mas acho que isso vale a pena ser pautado também em uma reunião para explicarmos com mais cuidado. Fazendo a explicação, o Plano Diretor Estratégico estimula a produção de habitação e interesse social também pelo setor privado. Isso não é nenhum equívoco, faz parte da política pública do Plano Diretor Estratégico. A política pública de desenvolvimento urbano da cidade. A viabilização de habitação e interesse social. A viabilização de habitação de mercado popular também pelo ente privado. Ao longo do tempo, nós temos percebido que uma parte dessas unidades talvez não tenha atingido o objeto da política pública. Nós temos fortalecido os mecanismos de fiscalização para garantir que essas unidades cheguem de fato àquela população que precisa acessar. E as placas, foi uma Portaria estabelecida pela própria SEHAB para que fique claro para aquele empreendimento privado que ele tem unidades de habitação e interesse social produzidas pelo setor produtivo, que não são empreendimentos de interesse social da demanda pública. É a demanda privada, que vão ser adquiridas por um particular via financiamento, etc. A estratégia de comunicação é para que qualquer um saiba que naquele empreendimento vão existir unidades que têm limitação de um preço de venda. E a população precisa ter clareza de que, se tem aquela placa amarela naquele empreendimento privado, que ele contém habitação de interesse social e habitação de mercado popular, ele tem limite do preço de venda da unidade a ser comercializado. O HMP pode chegar até 530, mas o HIS tem limites mais interessantes ainda. Mas acho que precisamos fortalecer os mecanismos de comunicação. Essa mensagem não tem que ficar dentro dos nossos gabinetes ou aqui dentro. A população precisa ter clareza desses valores. Estamos trabalhando para melhorar a comunicação, e isso está absolutamente certo. Acho que precisamos melhorar bastante essa comunicação. Também pode parecer redundante, meio professoral, mas não é. A diferença de alguns... Uma terminologia orçamentária, que para quem está trabalhando no setor público pode parecer trivial, ela não é trivial. Então, existir dotação não necessariamente significa que o dinheiro existe. Existir dotação significa que há uma linha dizendo que aquela conta é possível. Existe uma dotação orçamentária para executar determinada obra. Não quer dizer que aquele dinheiro existe. Quer dizer que existe uma linha no orçamento, que aquela linha pode receber caixa e, a partir do tempo, aquele caixa ser executado. A dotação é quase como uma abertura do caixa. Existe uma caixa daquele empreendimento, daquela obra, daquela infraestrutura, daquela necessidade específica. Não significa ter dinheiro. O empenho, aí sim. Então, vem o recurso, o recurso entra na dotação, aquela dotação já tem uma assunção de possibilidade de gasto, ou seja, tem um contrato, e aí ela tem um empenho. Que, de novo, ele é anualizado. O empenho é válido por um ano, no outro ano esses empenhos precisam ser refeitos. Por isso que temos até limite. Por isso precisamos escrever despesas em restos a pagar. Existem coisas que eram do orçamento do ano passado, elas foram feitas no ano passado, eu só não tive tempo de pagar, mas elas são despesas do ano passado, restos a pagar. Assumo que eu devo, porque aquilo foi executado, aquilo existe, só não tive tempo de processar pagamento, etc. E é um recorte, de novo, que demonstra como o orçamento é anualizado, que ele é fixo no ano. A liquidação. Aquilo foi executado, dentro daquele empenho, foi medido, aquilo existe, eu vou autorizar o pagamento. Gera um direito de receber. Quando eu faço a liquidação, o ente privado que tem que receber aquela receita, aquele dinheiro, ele tem um direito de receber. E o pagamento vai lá, paga, cai no Banco do Brasil, etc., e recebe. **Sr. José Tadeu:** Rafael, já está sendo discutido o orçamento do ano que vem. E tem algum representante da Secretaria lá, ou o próprio Secretário brigando por mais recursos? Tem alguém para lutar por mais recursos? **Sr. Secretário:** Isso é constante, os técnicos estão trabalhando aqui na Secretaria, os titulares da pasta, eles mantêm plena articulação com o Legislativo para demonstrar as prioridades da cidade e discutir o orçamento. Bom, agora, de novo, nossa expectativa não é discutir o orçamento, não é passar sobre os números, isso aqui é orçamento, não significa ter caixa. Temos um orçamento para 2026, de 6,65 bilhões, de novo, é aquilo que se traduz a partir do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, etc., com diferentes fontes de custeio. Quero dizer é uma coisa importante. Temos uma fonte importante de recursos que estão previstas do ponto de vista orçamentário, que são operações de crédito, são empréstimos. Aquele empréstimo precisa ser autorizado, ser firmado para que aquele recurso seja disponível. Quase 25% do nosso orçamento previsto para a função de habitação em 26, depende de uma operação de crédito, depende de um empréstimo. Talvez a nossa principal discussão orçamentária dos dias que nos passaram é tentar viabilizar essa operação de crédito para que ela chegue. Quanto antes ela chegar, mais rápido vamos ser na execução. Aqui, de novo, uma distribuição. Esse é bastante importante, Presidente. O Cacá está lembrando aqui, essa operação de crédito, com quem a

Prefeitura pega empréstimo? Geralmente não é com um banco comercial. Geralmente pegamos empréstimo com um banco público, Caixa Econômica Federal, ou algum outro órgão associado ao Governo Federal. Essa operação de crédito depende do Governo Federal. Esse recurso não chegou não por vontade do Governo Municipal. A Prefeitura fez tudo que foi solicitado para que esse dinheiro chegasse. Ele não foi liberado ainda pelo Governo Federal. Essa é a nossa principal operação de crédito neste ano. **Sr. Presidente:** Acontece o seguinte, o Governo precisa autorizar a municipalidade, lembrando que essa autoriza depende do quê? Para ver se o município tem capacidade de contrair esse empréstimo. Tem fôlego financeiro para honrar esse empréstimo. Por isso que depende da autorização do Governo Federal. Então, a Prefeitura já deu entrada, foram encaminhadas certidões negativas da municipalidade. Complementando também, podemos buscar nos bancos privados. O primeiro objetivo é buscar nos bancos públicos. **Sr. José Tadeu:** Juros menores, teoricamente juros menores. **Sr. Secretário:** Condições melhores. Quase 25% dos 6,65, 2bi. Está dentro disso aí. Os recursos, essa tela, coloquei, sobretudo, para falar sobre os recursos que vêm de SMUL. Na verdade, não são recursos que vêm da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, que vêm do orçamento de Urbanismo. Na verdade, são de operações urbanas ou instrumentos urbanísticos importantes. E uma fonte importante que existe é a Operação Urbana Faria Lima, em que a gestão fez um leilão exitoso no ano passado de quase 1,6 bi. Esse 1,6 bi, ele tem uma limitação metodológica, que é, tem 1,6 bi, mas não significa que eu posso gastar esse dinheiro na cidade toda. Operação urbana, o recurso tem que ser gasto dentro do perímetro da operação. É ilegal consumir recursos de uma operação urbana fora do perímetro da operação. Por isso que pode parecer... Por que não se remanejam os recursos da Operação Urbana Faria Lima para empreendimentos importantes que estão dentro de outro território? É ilegal. Quando a Prefeitura decide implantar um instrumento urbanístico como esse, ela tem uma limitação territorial bastante importante. Porque, sobretudo, uma operação urbana, ela é um instrumento financeiro. O que a Prefeitura vende para o privado? Vende para o privado o direito de se construir. Vendo para um ente privado o direito de se construir e vendendo esse direito de se construir para o privado, ele tem um valor interessante, porque a Prefeitura se compromete a fazer alguma série de obras naquele lugar. Porque, de fato, aquele potencial tem o valor que a Prefeitura disse que tem. Isso é aprovado na CMVM, na Comissão de Valores Mobiliários. Isso é um ativo financeiro. Por isso que a fiscalização sobre a destinação de recursos de operação urbana é muito rígido. Então, embora vislumbremos esse caixa na Operação Urbana Faria Lima, esse caixa existe, esse dinheiro, além de ser um dinheiro orçamentário, e um dinheiro existente, ele tem uma limitação, que ele precisa ser gasto dentro de um programa de intervenções fixo, rígido e limitado. Não é possível fazer a transferência de recursos de um lado para outro no caso das operações urbanas. **Sr. Edson:** O ideal era se pudesse fazer, porque nesse caso da Operação Faria Lima, vai sobrar recursos, entre aspas. Porque nós participamos, e tem pouca coisa na região da Faria Lima, se pudesse locar esse dinheiro para onde está faltando, era o ideal. **Sr. Secretário:** Não pode. **Sr. José Tadeu:** Até com legislação específica. **Sr. Secretário:** Além de legislação específica, tem uma questão, todo instrumento urbanístico requisita um estudo de impacto ambiental. Quando a Prefeitura decide fazer uma operação urbana, decide transformar aquele território em uma área de transformação imobiliária para vender CEPAC, precisa ter licenciamento ambiental. Você faz um estudo de impacto ambiental, você faz uma área. Não é só mudar o perímetro por legislação. Porque se você muda o perímetro por legislação, você aumenta o perímetro. Aumenta-se o perímetro, o estudo de impacto ambiental que você fez no passado deixa de ser válido. Tem que fazer um novo estudo de impacto ambiental, incluindo aquele perímetro. Pode-se alterar o perímetro por legislação, mas tem que estar limitado ao estudo de impacto ambiental. Se não, temos um problema. Isso já aconteceu com a Prefeitura. A Prefeitura tentou aumentar perímetros de intervenções como essa para fazer atendimento de comunidades vulneráveis. O Ministério Público Judiciário entendeu que isso era problemático, que isso era ilegal. Já tivemos casos de problemas. Inclusive, na Faria Lima... Por que foi possível fazer esse leilão de potencial construtivo da Faria Lima? Porque, no perímetro original, tinha um trecho que não tinha EIA-RIMA. No meio da operação, tem um buraco. Tudo em volta tem operação, e naquele buraco não tem operação. A Prefeitura atualizou o EIA-RIMA daquilo, incluiu aquele buraco na operação. Quando incluiu aquele buraco na operação, isso gerou disponibilidade de potencial construtivo. Por isso que a Prefeitura conseguiu fazer um novo leilão de potencial construtivo. Isso é bastante interessante, mas é para demonstrar que esse recurso tem limitações. **Sr. José Tadeu:** Não pode ampliar, mas pode incluir? **Sr. Secretário:** Pode ampliar e incluir, desde que você faça um novo estudo de impacto ambiental. Pode, é possível, mas requer um estudo de impacto ambiental. Pode ser complexo, seria superinteressante se a Operação Urbana Faria Lima pudesse viabilizar, por exemplo, empreendimentos, hipoteticamente falando, em Heliópolis. Mas imagina fazer um estudo de impacto ambiental que vá da Vila Olímpia até Heliópolis. É um estudo de impacto ambiental da cidade inteira, que, do ponto de vista pragmático e prático, é impraticável. É inviável fazer um estudo desse tamanho, como se fizesse um estudo de impacto ambiental da cidade inteira. Por isso que é complexo aglutinar perímetros muito distantes. Nós já incluímos o perímetro do Jardim Colombo, Paraisópolis, etc. Isso se conseguiu. Aqui um pouco do nosso orçamento. De novo, é só para termos clareza. Nós temos 6,65 bi, já temos 2,3 bi, já temos 35% do orçamento anual empenhado, o que é uma boa notícia. Significa que estamos em um terço do ano e já conseguimos empenhar um terço dos recursos. Isso é um dado importante, um dado que mostra que estamos trabalhando muito. Claro, os desafios são enormes, sempre existirão. Sempre vamos estar aquém das necessidades efetivas da população, mas estamos avançando. Daquilo que foi empenhado, tem metade, um pouco menos que a metade liquidada e uma parte, um pouco menor, pago. Lembrando que 2 bi depende de uma operação de crédito. Se já tivéssemos, talvez, essa operação de crédito firmado, talvez o nosso empenho seria o dobro do que já conseguimos executar. Isso é para demonstrar como o impacto da obtenção ou não de uma operação de crédito é relevante para o nosso exercício orçamentário. **Sr. José Tadeu:** Vocês não poderiam disponibilizar esses dados, mas mais detalhadamente? Onde estão empenhados esses dois bi, que queremos saber o que falta, o que não falta. **Sr. Secretário:** Está no portal da transparência. Aqui embaixo tem exatamente a fonte de onde tiramos. A nossa fonte, nas apresentações, sempre usamos uma fonte que pode ser pública, ou que qualquer um possa ter acesso à mesma base de dados que usamos. Talvez vocês não concordem com a metodologia que apresentamos, e está tudo bem, e executar a análise a partir de outra metodologia, mas os dados têm que ser absolutamente iguais.

Embaixo tem a nossa fonte. Usamos o Portal IRIS do Tribunal de Contas do município. No Google IRIS/TCM, você vai chegar exatamente nas mesmas telas que nós temos aqui. Nós usamos dados públicos. O Iris é um portal muito bom, o Zum. Você vai perceber que ele é muito tranquilo. Você quer fazer o filtro por habitação. Ele vai lá e fala só habitação. Ele dá discriminado. São os mesmos dados. Ele controla absolutamente tudo. Nós temos essas planilhas abertas, mas foi só um resumo. O 16, que é a habitação, nós vamos ter várias caixinhas. O que é SEHAB, o que é a COHAB, o que é a FMSAI, etc. Então, 14 é a SEHAB. Nós tínhamos um orçamento de 2,73 bi. Esse orçamento está desde a existência funcional da SEHAB, pagamentos de salários, etc., que são importantes, até obras que a SEHAB faz, etc. Então, nós tínhamos 2,98 bi, nós empenhamos 590 e liquidamos 235, pagamos 20. Aí o do FMH. O do FMH tinha um orçado de 2,98 bi, na base da LOA. Tem um empenho superior ao crédito, superior ao orçamento básico, porque o Executivo, a partir da promessa de recursos de determinados Fundos, pode dizer, olha, esse dinheiro ainda não chegou, mas eu tenho certeza que ele vai chegar, eu adianto esses créditos com recursos próprios do município. Mas isso é possível quando o município tem certeza que determinados recursos vão chegar. Mas, embora nós tenhamos um empenho maior do que o orçado para o FMH, o liquidado é menor ainda. Então, estamos dentro do que é possível. Do FUNDURB também, o FUNDURB tem uma execução importante, o FUNDURB tem 950 milhões de orçamento para 26, aí nós empenhamos 650. Por que isso aqui, a base dele é maior do que o 16? Porque o FUNDURB é um dinheiro que já praticamente está em caixa. Então, é fácil empenhar, relativamente fácil empenhar e gastar um dinheiro que está em caixa. O recurso está aqui, é transferir de uma unidade para outra, então, alocar é mais fácil. Por isso que a eficiência orçamentária do FUNDURB é maior do que o restante. Acho que a ideia foi essa, para dar uma visão geral um pouco da nossa organização orçamentária. Claro que podemos disponibilizar essa apresentação para os conselheiros, vamos disponibilizar. Acho que era isso, abrir um pouco a discussão, acho que é sempre importante conversarmos, está aberta a discussão aos conselheiros. **Sr. Edson:** Por que tem o descompasso do empenhado com o pago? **Sr. Secretário:** Porque aí depende da medição, do avanço. O empenho é, tenho o dinheiro no caixa, aí eu vou executar a obra, vou fiscalizar, vou medir, etc. **Sr. Edson:** Eu entendo que você tem pagamento atrasado, vamos supor, e tem empenho. Não é questão de dinheiro, não é questão de empenho. É só isso que eu queria entender. **Sr. Secretário:** Não entendi direito, faz de novo a pergunta. **Sr. Edson:** O empenho está tudo aí, se você tivesse o empenho, você estava a mil maravilhas, mas você não tem o empenho disponível. **Sr. Secretário:** Não tem. **Sr. Edson:** Ele vai disponibilizado de acordo com o caixa, de acordo com o Tesouro, com a Fazenda e tal. Esse descompasso, se não tivesse esse descompasso, você não teria problema, não é problema de recurso, você tem empenhado. **Sr. Secretário:** Às vezes é problema de recurso. **Sr. Edson:** Dentro do empenhado. **Sr. Secretário:** Dentro do empenhado. **Sra. Marisete:** Como as obras que começaram o ano passado. Já tem o empenho? Ficaram empenhados esses valores? Porque as obras que começaram ano passado, vou falar especificamente pelo Porto Seguro, ele iniciou, foi assinado em dezembro, então, acredito que já tenha ficado recurso empenhado para 2026. **Sr. Nilson:** Não. **Sra. Marisete:** Não? **Sr. Nilson:** Não. O recurso morre dia 31 de dezembro. Os restos a pagar é medição de dezembro que pago em janeiro. **Sra. Marisete:** Sim, até aí eu entendo. Você não tinha o recurso, mas você já faz o empenho para o próximo ano. **Sr. Nilson:** Só no próximo ano. O recurso morreu. Morreu 25. Começa 26 do zero, não tem dinheiro para ninguém. **Sra. Marisete:** Então, deixe-me só entender aqui. Como vai fazer para pagar essas obras que estão em execução, que estão com as medições e não estão recebendo? Qual o encaminhamento que será dado referente a essas obras, que não é só minha, tem várias obras que estão na mesma situação? Como vocês estão pensando de encaminhar isso? E outras obras também que estão aguardando recurso para dar início nas assinaturas. Queria que vocês me falassem um pouquinho sobre isso. Obrigada. **Sr. Secretário:** Respondendo muito objetivamente, pragmaticamente, dependemos do recurso chegar. Sobretudo, parte desse recurso, das operações de crédito, por exemplo. A resposta é simples, porque são recursos orçados, mas que dependem da disponibilidade de caixa. Ter disponibilidade orçamentária não significa ter disponibilidade de caixa. Disponibilidade de orçamentária é, eu tenho um cofre deste tamanho, mas o cofre está vazio. Chegar o caixa significa encher o cofre. **Sr. José Tadeu:** Então, vamos falar pressupondo. Eles não viabilizam essa operação de crédito. Tem o plano B? **Sr. Presidente:** O bom é que a nossa gestão, através do Prefeito Ricardo Nunes, fez a lição de casa no que tange todas as questões financeiras. E hoje a cidade de São Paulo se encontra principalmente a níveis internacionais com um *triple way* de reconhecimento de certificação financeira que uma governança pode ter. Então, dentro desse trabalho, o que acontece? A gente tem condições de buscar o crédito. Então, é muito difícil a cidade de São Paulo não conseguir esse crédito. Pela liquidez, pela sua gestão econômica e financeira ajustada. Complementando o que o Nilson disse. Por exemplo, se você tem medição que está pendente, vamos organizar isso para poder executar, você dá continuidade no empreendimento. Como o Nilson disse, tudo que você manda até 31/12, caso você não pague, você deixa como reza pagar. Aquilo que, na verdade, não foi medido, não foi executado, você lança no exercício seguinte, para que o próximo exercício abarque a continuidade da obra, do programa, e assim sucessivamente. Por isso que existem as dotações e também as questões do Plano de Metas. Tudo que está estabelecido dentro do Plano de Metas é obrigatório. A Prefeitura sabe desse compromisso que tem que honrar. Jamais a Prefeitura deixaria de mandar recurso para aquilo que está escrito no Plano de Metas da cidade de São Paulo. Ficamos bem tranquilos com relação a isso. Temos uma governança muito eficiente no que tange não só ao planejamento, como também financeiro, para poder honrar todos os compromissos assumidos para a gestão do nosso Prefeito. **Sr. Secretário:** Acho que é isso, mais algum ponto? **Sr. Maksuel:** Boa tarde a todos os conselheiros aqui presentes, público presente, ao Secretário Rafael, Cacá, ao Nilson, à Kátia, aos demais companheiros. Estava aqui escrevendo sobre a questão do que foi colocado aqui. É importante nós fazermos uma reflexão, principalmente, de como está se dado. É preocupante. Preocupante por quê? Porque, como você mesmo falou, todo ano tem uma previsão que é aprovada pela Câmara Municipal, pelos vereadores, sobre a questão de como vai se dar o orçamento, não só para a Secretaria Municipal de Habitação, mas para todas as Secretarias da cidade de São Paulo. Mas tem um estado de necessidade que bate a porta das comunidades diariamente, que é o estado de necessidade de termos obras, termos início de obra ou finalização de obra, ou orçamento para garantir a continuidade dessas obras. Então, o que eu percebi aqui, estava anotando, até estava com o celular na mão. De repente até pode parecer

que não estamos dando importância à apresentação. Estava anotando aqui no papel e anotando no celular. A apresentação institucional exibida pelo Secretário Rafael observa todo o conteúdo apresentado, possui como fonte oficial os instrumentos de planejamento, orçamento, execução da política pública municipal da cidade de São Paulo. Se eu estiver errado, você pode me corrigir. Demonstrando claramente a integração entre o planejamento urbano e o orçamento público da política habitacional e controle social. A apresentação possui como base principal o Plano Plurianual, PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o LDO, a Lei Orçamentária Anual, LOA, o Programa de Metas do Governo Municipal, o Plano Diretor Estratégico, PDE, a Agenda Municipal 2030, o Plano Municipal de Habitação, o Fundo Municipal de Habitação, além das diretrizes executadas pela própria SEHAB e COHAB de São Paulo. As fontes apresentadas possuem natureza oficial, institucional. O que me preocupou foi justamente quando você falou que chega o final do ano, nós já sabemos essa novela, porque todo ano... Desculpe o palavreado, parece cachorrinho correndo atrás do rabo. Todo ano nós ficamos dependendo de orçamento e vamos para a Câmara e voltamos, e tem a peça orçamentária do Executivo apresentada, e nós temos que ir lá, os movimentos vão à Câmara, aprova. E teve a questão dos recursos que você falou sobre a outorga onerosa, sobre o que está sendo pago, o recurso em caixa, sobre a questão das operações urbanas, daí nós já entendemos. O que nos preocupa é justamente garantirmos dentro de um instrumento legal, que a Secretaria tem que ter juntamente com a Secretaria de Finanças e outros, para que nós consigamos dar continuidade à política habitacional implantada, e justamente sobre a questão de garantir esses recursos. Hoje, não só hoje, nós estamos há anos discutindo a política habitacional da cidade de São Paulo, e tem uma proposta aqui sobre a questão da resolução. Eu até procurei a ajuda dos universitários, e eu antecipei, até pedi que fosse me apresentada a Ata da última Reunião Extraordinária. Dentro da questão do pedido, a Secretaria do Conselho Municipal de Habitação foi colocada a situação de como que se daria, que vai entrar em outros assuntos, a questão da resolução do credenciamento das entidades. Quando você fala sobre a questão do orçamento, deixa-me preocupado, porque quem está com o projeto em andamento e não tem recurso, imagina quem vai começar. Nós ficamos preocupados com isso. Sobre a questão que o Zum falou, nós fomos no ano passado à Câmara Municipal discutir com o vereador Marcelo Messias, que era o relator do orçamento, sobre a questão de empenho de recursos para o programa Pode Entrar Entidades. Como foi falado até por você, você mesmo foi questionado lá no bairro no qual você mora, sobre as plaquinhas amarelas que nós estamos vendo. Eu até coloquei aqui nas minhas anotações sobre unidades construtivas pela iniciativa privada, HMP. Quais os critérios utilizados para aquisição dessas unidades habitacionais? Tem-se uma cota ali que é para atender a HIS, e você acabou de falar que o HMP pode chegar até 530 mil. Qual o valor máximo do HIS? É 230? Quais os critérios que estão sendo utilizados para que, dentro dessas unidades habitacionais construídas em HMP, sejam realmente atendidas as famílias que têm necessidade? Eu sei, isso não vou ser hipócrita de falar, que é muito difícil uma família de HIS morar em uma unidade HMP. A condição de morar em uma unidade HMP é completamente diferente. Não podemos falar isso publicamente, porque até o Ministério Público pode olhar. Mas como você pode rechaçar o Zum de morar em uma unidade habitacional? Mas sabemos que é difícil, o condomínio vai ser difícil pagar. Não vamos ser hipócritas, estou falando por mim, não estou falando pela Secretaria. Nós entendemos isso. Por que eu falo isso? Porque nós aqui, não eu, até em respeito à nossa companheira Marisete, nós aqui estamos construindo algo com esta Secretaria, que é de importância nós discutimos com essa Secretaria. Quando nós falamos do Plano Municipal de Habitação, e quando falamos da Conferência Municipal das Cidades, ou Conferência Municipal de Habitação, utilização também dos instrumentos que foram discutidos na Conferência Municipal das Cidades, nós trazemos para o Conselho Municipal de Habitação e trazemos para a Secretaria Municipal de Habitação a importância que ela deve ter, não em desrespeito às outras Secretarias. A Secretaria de Educação tem que ter respeito, a Secretaria de Saúde tem que ter respeito, mas a Secretaria de Habitação também tem que ter respeito. Não dá para irmos lá discutir o orçamento da cidade e, quando estamos na cadeira como Conselheiro Municipal de Habitação, não conseguirmos executar, ou não conseguirmos ter um novo edital, ou não conseguirmos aprovar uma resolução para trazer o credenciamento, porque deixamos de trazer, Secretário, para as comunidades, sabe o quê? Esperança. Como eu vou olhar para as duas mil famílias que eu estava lá na reunião no domingo, mais de duas mil famílias que estavam comigo, e falar que eu não tenho o credenciamento da minha proposta dentro do programa Pode Entrar Entidades, para construir as unidades que estão previstas lá. Dentro da questão da PPP, está sendo tratado pelo nosso Presidente da COHAB, o Cacá, até a pedido do Tarcísio de Freitas, que é o Governador, e pedido do Prefeito da cidade de São Paulo, e ele levando a importância, que é o terreno da BR Petrobras. Como eu vou olhar, Secretário, para mais de duas mil famílias que estão ali, uma área que não cumpre a sua função social desde a época do descobrimento do Brasil, porque nunca teve nada lá, que foi descoberto, e lá era um patrimônio da BR Petrobras, e hoje é patrimônio do município. Eu sei que tem um passivo ambiental importante a fazer lá. Mas o que eu vou explicar para aquelas famílias que estão esperando há 21 anos que aquela área seja consolidada como unidades habitacionais de interesse social? Vai fazer mais de um ano que a área já está desapropriada e eu não tenho um projeto, não tenho nem um muro pintado, não tenho uma placa para colocar naquele terreno. Como eu vou buscar aquilo para as famílias e para a própria comunidade? Como eu vou fazer isso? Falem-me. Então, precisa de ajuda nesse sentido. O Cacá está dando todo o apoio necessário para isso acontecer. Sobre a questão do que eu li aqui da última Reunião Extraordinária que nós tivemos do Conselho Municipal de Habitação. Tem aqui, sobre a questão que vai entrar em outros assuntos, sobre a questão da Resolução, que foi até uma proposta do senhor Rafael de trazer esse debate para cá. A Executiva tem essa importância, não só para discutir a questão do orçamento da cidade e a aprovação do orçamento, mas também é um canal que nós temos antes do pleno para discutir as pautas. Eu gostaria que esse canal, essa abertura fosse respeitada, para que não ficasse só para discutirmos a questão do orçamento, mas você como Secretário, o Diogo como Secretário, trazer para esse debate, para esses conselheiros da Executiva, o que nós vamos sentar e conversar da pauta. Aqui não temos competência de aprovar a pauta antes do pleno, mas temos competência sim, de discutir a pauta antes do pleno. Porque a Secretaria tem um pensamento, uma linha programática do que é importante discutir no pleno e o que é importante estar na pauta do pleno. E a Executiva traz as necessidades da associação e traz as necessidades da cidade como um todo. Obrigado. **Sr. Presidente:** Maksuel, só lembrando aqui, estávamos até numa

discussão hoje pela manhã, a Kátia, o Nilson, a equipe de COHAB, SEHAB, estávamos falando um pouquinho do trabalho que o Prefeito Ricardo Nunes optou por fazer na cidade de São Paulo no que tange política habitacional. Aí, Marisete, precisamos reconhecer, as pessoas precisam reconhecer a efetividade determinada e colocada em prática, não é só discurso de uma Prefeitura que colocou 100% de recurso municipal nessas ações de habitação através das modalidades do programa Pode Entrar, MVV, e assim sucessivamente. Ou seja, não é uma cidade que está dizendo que vai construir. Nós já estamos construindo 43 mil unidades habitacionais. Eu não preciso aqui, Zum, em nenhum momento, dizer para você que, a cada dia, tem surpreendido, porque tem demonstrado interesse pela matéria, tem estudado, para poder se qualificar cada vez mais perante a matéria, e você vê que nenhuma outra cidade do Brasil faz frente ao programa habitacional da cidade de São Paulo. Então, tudo isso precisamos levar em conta, é o quê? A vontade política. Inclusive, nós estávamos discutindo aqui hoje que esse governo vem resolvendo problemas deixados nas políticas dos anos 2013, 2014, 2015, 2016. Políticas essas que deveriam ter sido feitas em três anos de quem prometeu e não entregou. Então, quando você fala da questão da saúde e educação, são recursos constitucionais garantidos. Educação, 25%, e saúde, 18%. Está grafado lá. É obrigatório o investimento nessas ações. Além do quê, vamos nos lembrar de que foi o governo que mais deu reajuste aos funcionários públicos da cidade de São Paulo. Não teve nenhum governo que fez frente às ações que o Prefeito Ricardo Nunes vem fazendo. Não só na questão de UPA, nós tínhamos três, nós estamos passando de mais de 20. Aumenta também o custeio. Quando você entrega uma unidade básica de saúde, você também aumenta esse custeio. Ou seja, é uma política de efetividade, o programa, na verdade, Smart Sampa. Não é só um projeto que, na verdade, busca buscar pessoas foragidas da justiça. Não, pessoas também que estão desaparecidas dos seus lares. Quanto que não tem investimento naquele programa? Quanto que não tem investimento em educação? Você sabe, em esportes, Zum, você estava lá ontem com a Secretária recebendo mais um investimento, que começou enquanto eu estava Secretário de esportes, que fizemos lá no seu espaço, lá no seu CDC. Ou seja, é uma política de coletividade. Então, um governo que tem 100% e não tem nenhum real do governo federal aqui em São Paulo. Zero. Zero. Foi um Prefeito que decidiu enfrentar um problema de habitação buscando zerar a fila do auxílio-aluguel, que é um grande problema para a cidade de São Paulo e para aquelas pessoas que foram, por algum motivo, retiradas dos seus lares, para que pudéssemos trabalhar na efetividade da política, e essa política está acontecendo. Um exemplo próprio disso é a questão agora do Sacomã, que vai ser entregue lá, que temos várias outras, Perus semana que vem vamos entregar também, e de tantos outros que estamos entregando na cidade de São Paulo. Quando falamos da política de resultado, além de olhar para frente, é lógico, porque todo mundo quer avançar na política, mas também é olhar o passado. A questão da prerrogativa que o Prefeito teve quando acertadamente decidiu investir em habitação para buscar aquele reequilíbrio que as outras gestões não fizeram. Então, precisamos também levar essa clareza. É lógico, quando temos um programa contratado, também temos que ter responsabilidade fiscal e social. Não se pode começar nada. É igual a um orçamento doméstico, eu tenho uma dívida, eu não posso, na verdade, querer contrair novas dívidas sem antes ter segurança se vou conseguir honrar. Mas, diferentemente de ações irresponsáveis, na cidade de São Paulo temos um programa efetivo que está, na verdade tendo suporte para poder honrar, porque imagina a facilidade se nessas unidades de 210 mil reais o governo federal chegasse com 50 mil para cada unidade. Vamos ser francos. Faz a matemática. Se o governo federal colocasse qualquer real do imposto pago pela cidade de São Paulo trazendo de volta aquilo que a cidade de São Paulo paga, quanto mais não estaríamos fazendo de habitação na cidade de São Paulo? Só que precisamos falar isso aí. As pessoas acham que isso não acontece. E você sabe, Max, como acontece. Se o governo federal tivesse aportado aqui 50 mil reais, como discutimos com o Movimento Nacional de Moradias, que eles vieram aqui, e o governo federal quer dar 180 mil, essa conta pode fechar em qualquer lugar do Brasil. Em São Paulo ela não fecha. Porque sabemos o custo do terreno em São Paulo. Não dá para se levar em conta as outras regiões do Brasil com a cidade de São Paulo. Esta cidade que é pujante, que junto com o estado de São Paulo carrega o Brasil. Nós fomentamos 35% da riqueza deste país. E o que voltou para a cidade de São Paulo? Daquilo que a cidade de São Paulo contribui para o governo federal. Para a habitação, zero. Zero. Então, é dessas ações que precisamos pautar. É dessas ações que precisamos falar. Com responsabilidade em cima da efetividade que esse governo vem fazendo, através de uma decisão firme do nosso Prefeito Ricardo Nunes. E eu tenho certeza que em nenhum momento os compromissos, ora já assumidos, serão, na verdade, desabonados. Tenho certeza que nós vamos continuar, vamos honrar todos esses compromissos e vamos trabalhar para avançar ainda mais nessa política tão importante que é a segurança de um lar, através da sua família, que tem a condição de, neste governo, receber a sua habitação de interesse social. **Sr. Maksuel:** Você fez uma colocação importante, Cacá. E reconhecemos com certeza a meritocracia que o Prefeito e a importância que o Prefeito Ricardo Nunes está aqui. Por isso que nós, aqui do nosso colegiado, eu particularmente falando por mim, conseguimos, juntamente com o Prefeito Ricardo Nunes, demonstrar a importância deste Conselho Municipal de Habitação. Você levar 69 mil pessoas a urnas em uma eleição não obrigatória demonstra essa importância de continuidade. **Sr. Presidente:** Até porque, Maksuel, foi mencionada na última reunião que esta gestão não dava atenção para os movimentos sociais de habitação, que é uma grande inverdade. **Sr. Maksuel:** Com certeza. **Sr. Presidente:** É uma grande inverdade. **Sr. Maksuel:** Você falou sobre a questão de unidades habitacionais sendo construídas. Se tivesse investimentos do governo federal dentro desta gestão, do Prefeito Ricardo Nunes, você estava falando de passar de 43 para 93 mil unidades habitacionais. Você estava passando de ter um orçamento que foi apresentado para ter um recurso de 23,5 bilhões a mais no orçamento direto aqui da cidade de São Paulo. Se ele investisse 50 mil, eram 23 bilhões. **Sr. Presidente:** Fiz uma conta aqui, rápida. Se o governo federal colocasse 50 mil reais em 43 mil unidades, seriam 2 bilhões de reais. Mas aqui seriam 2 bilhões de reais que seriam transferidos para os cofres do município. E se nós dividíssemos esses 2 bilhões por 210 mil reais, daria mais quase 11 mil unidades. 10 mil unidades, vamos falar, 10 mil unidades. Mais 10 mil unidades contratadas para a população da cidade de São Paulo. Mas são mais 9 mil atendimentos. Olha como é significativo. Então, nós precisamos falar isso nas ruas da efetividade desse governo. E que nós vemos fazendo com os recursos só oriundos do caixa da Prefeitura. E aí, quando falta, graças a uma efetiva gestão orçamentária e financeira, nós temos crédito para buscar esse recurso no mercado. **Sr. Maksuel:** Por isso que eu coloquei

importância sobre a questão sobre HMP, que foi colocada aqui agora sobre a questão de Perus. Para quem vai receber unidades lá em Perus, que Deus abençoe. Sobre a questão de Sacomã, tem uma responsabilidade muito bem clara, muito bem definida, que esta gestão tem lá com Sacomã, com Heliópolis, com Ipiranga como um todo. Isso nós vemos o reconhecimento, tanto com o investimento sobre a questão do próprio governador Tarcísio de Freitas e com o próprio recurso do Prefeito Ricardo Nunes. **Sr. Presidente:** E, além disso, um governo que não olha a bandeira partidária de nenhum movimento social, zero. **Sr. Maksuel:** Que tem unidades que serão atendidas até de outros movimentos sociais da região, que sempre fizeram trabalho contra. Isso é importante falar. Até agora, nesse último pleito eleitoral, estava aqui com a canequinha vindo pedir orçamento para o Prefeito Ricardo Nunes, mas lá estava com um embate contrário à questão de continuidade do próprio Prefeito. Então, isso também tem que ser levado em consideração, porque a atual gestão do Conselho Municipal de Habitação, no qual eu falei que 69 mil votos, de uma eleição não obrigatória, que todos fizeram parte e apoiaram, isso traz credibilidade ao Conselho Municipal de Habitação, aos seus conselheiros, mas isso traz responsabilidades dentro da quebrada. E você sabe disso. Então, quando pegamos em uma reunião, como teve lá em Heliópolis, com mais de 2 mil pessoas, e as pessoas olhando para nós, chorando, pedindo para nós conseguirmos dar uma resposta, para que consigamos resolver o problema, isso traz preocupação. E preocupação não só para as lideranças comunitárias de associações, mas preocupação com as próprias forças que temos dentro da comunidade. E você sabe essas forças que temos. **Sr. Presidente:** Concorro, mas inclusive conseguimos vencer juntos essa situação, quando aquela área, desde 2019, não estava, na verdade, sobre a nossa responsabilidade. Foi um trabalho que fizemos. E agora, pautando a situação da área menor, lá do Vibra, avaliamos um projeto para poder ver de que forma conseguimos iniciar. Então, tudo, na verdade, é feito com muita responsabilidade, como você mesmo disse. Eleição, com resultados importantes como o nosso, eu vejo que traz também a alegria de mostrar que as pessoas confiam nessa gestão, e por isso os movimentos foram às urnas, nessa movimentação, Marisete, muito significativa, e também mostramos que precisamos juntos também brigar por mais recursos. Brigar para que possamos trazer efetividade. **Sra. Marisete:** Então, Cacá, eu vou falar por mim, Marisete, sou uma pessoa que confio bastante nessa gestão, porque vejo o que o Prefeito tem feito durante o período que ele está à frente da Prefeitura. Realmente foi um Prefeito que mais construiu, disso não temos o que questionar, porque eu já venho de vários governos, e nenhum dos governos anteriores cumpriu o que ele falou. E este governo, eu tenho visto ele realmente fazer a coisa acontecer. E eu quero também aqui parabenizar a equipe que ele colocou aqui dentro, porque é uma equipe que realmente está comprometida em atender a população. E, como você mesmo disse, agora temos que brigar juntos pelo recurso, e é isso que queremos fazer. Falamos aqui dentro, até questionamos aqui dentro, mas lá fora temos que sempre estar falando o melhor. Então, esse é o meu papel enquanto movimento, e é isso que eu passo para o meu povo lá, porque eu tenho que passar para eles que está tudo bem. Porque eles estão lá confiando em nós, e nós estamos aqui confiando no governo. Então, é um trabalho e via de mão dupla. E é isso que eu estou aqui. Eu só quero deixar bem claro que, em momento nenhum, estou falando o mal do governo, pelo contrário. Eu apoio a gestão, eu agradeço a gestão por tudo que tem sido feito pela gente, mas que nós temos grande preocupação, porque nós não podemos paralisar uma obra, porque imagine o prejuízo para todos os lados, não é só para as famílias que estão lá guardando. Então, é uma paralisação que pode causar um grande desastre. E é isso que nós não queremos. Nós queremos exatamente evitar essa questão. **Sr. Edson:** Só para complementar um pouquinho o que a Marisete está falando. Eu tenho que fazer um elogio também para o Governo do Estado, o Estado de São Paulo é um mundo à parte, eu falei isso uma vez para a Inês Magalhães. Se no Estado de São Paulo não tivesse o CCA, o EI no CDH e não tivesse o Pode Entrar, o Pode Entrar é o melhor programa que eu já vi na minha vida, eu tenho 46 anos de formado, sou um cara de habitação, eu sempre falo, não existe nada igual no Brasil, no mundo, que é o que nós temos hoje. Nós estaríamos mortos como construtoras nesses últimos quatro anos, cinco anos, se não estivéssemos trabalhando para quem faz nessa área, porque o governo se preocupa muito em atender quem ganha de R\$ 2.800 a R\$ 4.800, R\$ 5.000, e agora até R\$ 13.000. Então, o governo federal tem uma preocupação que não é a nossa de quem gosta de habitação. E eu vou aproveitar até aqui para falar, eu passei para o Nilson, para a Kátia, para o Cacá passei uma vez, eu defendo a habitação raiz a fundo, fiz aquele trabalho que eu lhe mandei, e tem um deputado que está criando um projeto de lei que vai chamar Habitação de Interesse Social raiz, que é o Marangoni, que é um cara da habitação. Então, Deus que ajude, que ele faça, que aprove. Mas nós, São Paulo, é um mundo à parte. Mas eu ouvi da Caixa, de alguém que São Paulo já teve outros benefícios, que nós temos que resolver o nosso problema de habitação de interesse social entre nós, São Paulo e Prefeitura, porque tem dinheiro, é um estado rico, uma cidade rica, então nós temos que correr atrás. Mas isso também não faz parte, nós temos que somar, buscar, espero que aprove lá esse projeto de lei, vamos trabalhar, mas nós só temos que elogiar São Paulo e o Estado de São Paulo. Então, é isso. E, só para complementar, o que realmente é o que o Cacá falou, é exatamente termos um orçamento, eu acho que está tudo certo aí, mas só precisamos ajustar e ter o mesmo objetivo, que é buscar os recursos para não ter que parar nada e tocar tudo normal. É isso, eu acho que é um momento que nós temos que unir forças aqui. **Sra. Luzia:** Eu sou a Luzia, represento o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, e é óbvio que eu vou fazer sempre a defesa dos trabalhadores. Então, vou dizer para vocês que, para que toda essa política habitacional aconteça, nós temos um corpo técnico muito bom aqui na Secretaria, nós temos profissionais de altíssima qualidade, e que eu brigo muito, está aqui o Chefe de Gabinete, o Cacá, que também já esteve como Adjunto da SEHAB, que nós sempre vem batendo nessa tecla de que cada servidor que nós perdemos da Secretaria, que vai para alguma outra Secretaria, ele leva consigo um conhecimento muito específico da SEHAB. Então, nós temos técnicos muito bons, e como nós estamos na discussão do orçamento, é óbvio que eu também vou defender a questão de concurso público, a questão de que nós tenhamos mais servidores para poder atender. Por que eu sempre faço essa defesa de servidores? Porque nós, enquanto servidores, nós não temos partido. Eu, pessoa, lá fora, eu posso ter a minha decisão política que for, mas enquanto servidor, nós trabalhamos para a população. E é exatamente essa estabilidade que nos garante para que nós possamos fazer a defesa que muitas vezes um profissional que é contratado por uma empresa não pode fazer. Então, muitas vezes, eu sei que chefe de Gabinete, Secretário adjunto, a COHAB, pena nas mãos dos servidores, porque muitas vezes nós somos insistentes em

algumas situações, porque nós seguimos enormes técnicas e procedimentos. E o pessoal é muito rigoroso com relação a isso, e precisa ser, exatamente para que a política habitacional aconteça a contento e de acordo com a necessidade da nossa cidade, que é grandiosa e tem as suas diversas realidades de moradia e as suas diversas necessidades, e os movimentos têm a necessidade deles, a população tem uma necessidade, e nós enquanto servidor, também. Nós acabamos de sair de uma greve, da qual nós tivemos, inclusive, os servidores das Secretarias aqui do Martinelli participando também, que não é só a questão do reajuste. A nossa briga, muitas vezes é por condições de trabalho. Condições de trabalho que também passam pelo orçamento. Eu me lembro de reuniões passadas em que nós vínhamos discutir com o Chefe de Gabinete a questão do prego que perfurou a cadeira e que rasgou a roupa da trabalhadora. A condição de trabalho que nós tínhamos aqui tempos atrás, e que, ao longo desses anos, nós vimos construindo, e isso é reivindicação dos trabalhadores, são coisas que nós vimos conquistando até para poder atender melhor a população. Porque, da mesma forma que nós temos um prego que perfura e que rasga a roupa do trabalhador, a população também é atendida desta forma. Então, quando nós fazemos alguns questionamentos e fazemos alguns embates, nós não estamos contra a população. Ao contrário, nós estamos aqui exatamente para poder fazer essa defesa. A defesa no orçamento é para que nós tenhamos mais trabalhadores na SEHAB efetivos, exatamente para poder garantir essa política, porque o trabalhador efetivo, independente de quem seja a gestão, ele permanece na casa. E o trabalhador contratado, não, ele vai embora e leva consigo conhecimento. O trabalhador efetivo vai garantir a continuidade daquele atendimento, daquele serviço. Então, eu sempre vou fazer essa defesa, porque são os trabalhadores, esse corpo técnico que está aqui atrás, que também garante que esse atendimento seja feito para todos os movimentos. Então, era isso. **Sr. Secretário:** Nós todos estamos todos do mesmo lado da mesa. Acho que isso é importante ressaltar. Nós estamos na defesa do mesmo lado de buscar recursos para entidades e para a provisão habitacional nas diversas dimensões. Nós estamos do mesmo lado também para buscar recursos para a Secretaria, para melhorar a condição de trabalho para os nossos efetivos. Eu falo com muito orgulho que eu sou um efetivo nesta casa. E isso reforça um pouco até a própria visão do Prefeito Ricardo Jones. Quantos Secretários, Chefes de Gabinete, Adjuntos e efetivos e titulares são efetivos? Você já viu isso, Luzia? Nunca antes na Prefeitura nós tivemos tantos funcionários efetivos ocupando cargos importantes, como Secretários, Secretários Adjuntos, Chefes de Gabinete. Então, é um reconhecimento do Prefeito, desse corpo técnico altamente qualificado, que foi formado por décadas aqui neste município, para atuar na efetivação da política pública. Também aqui na SEHAB, eu sou efetivo, mas eu vim de duas outras Secretarias, eu vim da SIURB e da ISMUL, vim para a SEHAB agora. Eu nunca tive oportunidade nas Secretarias que passei para trabalhar com um corpo de contratados tão qualificado quanto o da SEHAB também, e que é muito bom. Eu tenho colegas efetivos de altíssimo nível, muito bons, e colegas contratados, que estão aqui há décadas, também trabalhando, e tem me ensinado muito, muito mesmo, sobre política habitacional, relação com os movimentos de moradia. **Sra. Luzia:** Concorde contigo quando diz que temos profissionais contratados altamente capacitados. Inclusive nós temos profissionais que hoje são servidores efetivos que já foram contratados e que passaram no concurso. Então, quando faz a defesa do concurso é exatamente para esse profissional contratado se torne efetivo também. Porque o profissional contratado está numa relação de trabalho fragilizada, porque se muda a gestão, ele pode ir embora. Se ele fica como efetivo, ele permanece. **Sr. Presidente:** Mas você sabe que esta gestão admitiu muitas pessoas que vieram de outras gestões. **Sra. Luzia:** Sim, eu sei, mas tudo pode acontecer quando se muda uma gestão. Sempre temos que ver isso em vista. Então, quando você tem uma situação de trabalho que é fragilizada. Então, vou defender o estatutário. **Sr. Presidente:** Luzia, desde o início aqui, desde que nós chegamos também na Habitação, desde que também teve o problema da caixa d'água, eu sempre tratei com você, nós sempre estivemos juntos nas pautas dos trabalhadores, até porque nós também somos trabalhadores. Todos também, como o Rafael disse, estamos do mesmo lado da mesa. Desde sempre, nós sempre ali na escuta, ouvindo. Esta gestão da Secretaria de Habitação, Rafael, através da gestão do Sidney, e continuando com o Diogo, reformou os andares de SEPLAN, de todos os órgãos ali, inclusive que não tinha ar-condicionado, não é, Kátia? Que era uma demanda antiga. Vários locais de trabalho foram, na verdade, melhorados para que o trabalhador aqui no ambiente tivesse mais conforto. Ou seja, é uma gestão que está realmente, sempre que também, porque é lógico, é importante a crítica construtiva, e nós sempre escutamos e efetivamos a transformação. Então, eu fico feliz de fazer parte de um governo tão representativo em todos os sentidos. Só vou pedir licença, que eu tenho uma reunião lá embaixo, mas daqui a pouco nós subimos aqui novamente. **Sra. Kátia:** Na realidade, tudo que nós debatemos aqui, inclusive sobre a questão de contratados, efetivos, concurso, a questão até do próprio programa Pode Entrar, que o Maksuel bem colocou, de que nós ficamos preocupados, todos nos preocupamos com a questão orçamentária, que é uma preocupação, inclusive desta gestão do próprio Secretário Diogo, do próprio presidente da COHAB, do Rafael e tudo mais. Nós enxergamos que é assim, passamos Prefeitos, entra Prefeito, sai Prefeito, entra Secretário, sai Secretário, entra Presidente, sai Presidente. E, na realidade, cada gestor tem a sua maneira de atuar naquele momento. Então, essa continuidade que você fala, Luzia, ela é extremamente importante. E eu concordo, inclusive, com relação à própria política habitacional. Toda continuidade é importante, mas cada gestor interpreta a sua prioridade de uma maneira. Então, a prioridade dessa gestão foi, por exemplo, melhorar a qualidade do trabalho, na qualidade do trabalho dos servidores da Secretaria, dos funcionários da COHAB. Por quê? Porque a partir do momento que se recebeu um pleito, o que ele fez como gestor da pasta, em comum acordo com o Prefeito? Ele simplesmente foi lá e disse o seguinte, aqui nós precisamos melhorar as condições de trabalho. Quantos passaram e não fizeram a mesma coisa? Quantos passaram por aqui e não olharam, por exemplo, para o chamamento de 2013, 2014, 2015, 2016? Quantos? Outros passaram. E eles nem sempre olharam para aquilo como prioridade. Então, na cabeça dessa gestão, existe uma prioridade com o servidor, tanto o de carreira como o comissionado, como o próprio contratado, para dar condições melhores de trabalho, porque não é uma pauta de hoje, é um pleito do sindicato de muito tempo, como existe também o pleito dos movimentos sociais relacionados à necessidade de que se fosse aproveitado um chamamento, que não foi nem da gestão do Ricardo Nunes, ele poderia muito bem dizer o seguinte - Eu vou fazer isso aqui para quê? Se essa gestão não tem nada a ver com a gestão que realizou esse chamamento e contemplou essas entidades. Ele poderia ter outro olhar e falar, não, eu não quero nem saber,

isso aqui é um problema de vocês, eu vou fazer daqui para frente. Ele não olhou a bandeira, até porque todo mundo sabe em que momento esse chamamento se deu, ele simplesmente olhou que havia uma necessidade de uma demanda represada de atendimento habitacional, tanto do próprio município, demanda fechada, como demanda dos movimentos. Então, existe um olhar do gestor, o gestor tem que ter um olhar e entender que, não, isso aqui não é uma política partidária, é uma política pública que precisa ser efetivada, tanto nessa parte como você colocou aí, que é o olhar para o servidor, independente dele ser de carreira ou não, como também um olhar do lado da política habitacional, que é a questão do atendimento dos movimentos sociais, que predominantemente não são vinculados a esta gestão no caso dos que estão sendo contemplados hoje. Então, só para deixar aqui a minha fala, que eu falei pouco hoje, porque eu estava fazendo um outro trabalho aqui, e eu entendo a sua colocação, eu entendo a colocação dos movimentos aqui, e sei que muito do que está acontecendo hoje, muito do pleito desses movimentos que estão vinculados a este Conselho, é justamente porque a maioria predominante dos movimentos que estão vinculados à gestão, hoje não se consideram contemplados, porque se aproveitaram o chamamento anterior. Então, entendo o pleito deles, corroboro com isso, até porque eu não posso falar o contrário, porque eu seria hipócrita, corroboro com isso, mas mesmo assim entendemos que o atendimento habitacional de famílias não está vinculado ao partido político, mas sim vinculado à política pública habitacional, que deve ser tratada como pauta principal, principalmente no âmbito deste Conselho. **Sra. Luzia:** Só para finalizar, exatamente porque temos uma pauta aqui que não é o funcionalismo, é sim o Conselho Municipal, é sim a questão do movimento de moradia. É óbvio que eu vou colocar sempre a questão do funcionalismo, porque eu represento os trabalhadores, e também dizer o quanto é importante esse corpo técnico. Temos pautas que vemos tratando com a Secretaria, discordem algumas coisas, mas aqui não é o fórum para tratarmos disso. Tratamos isso em outras mesas. Mas dizer que sempre vamos fazer essa defesa de concurso, exatamente porque a população de São Paulo merece ser muito bem atendida por nós servidores. **Sr. Maksuel:** Acho que a Kátia conseguiu resumir muito bem o que nós pensamos aqui como movimento. Ela colocou perfeitamente o nosso sentimento. Nós, como conselheiro municipal de habitação, Cacá, pelo que você colocou, nós sabemos o que está sendo feito, a maior política habitacional da história de São Paulo, e o nosso papel é justamente ter esse olhar, essa preocupação. O Prefeito fez sem olhar a bandeira partidária. O Prefeito fez sem olhar cor, credo, religião. Ele foi lá e fez a política. E hoje os movimentos que aqui, dentro dessa representação, dentro dessa gestão, dentro do que nós sonhamos como cidade de São Paulo, principalmente sobre a questão que nós vamos falar aqui sobre a conferência em outros assuntos, que foi uma proposta do próprio Secretário que está aqui previsto como proposta da reunião extraordinária que nós tivemos no pleno do Conselho Municipal de Habitação, e ao seu pedido, Rafael, foi para ser discutida nesta reunião, sim, da Executiva, a questão da Conferência Municipal das Cidades e a questão da proposta de Resolução para nós levarmos para o pleno. E nós temos como proposta aqui para que nós não levemos para o pleno na data prevista no calendário, que nós consigamos chegar a isso antes, porque tem uma pressa sobre a questão da apresentação dessa Resolução. E nós temos uma proposta para que consigamos ter uma próxima reunião extraordinária para o dia 9 de junho. **Sra. Kátia:** Queria até pedir desculpas, porque você que colocou isso no momento antes agora da reunião, você até questionou e tudo mais. Acabei me equivocando, fui ler a Ata depois e vi que houve uma proposta de fato. **Sr. Maksuel:** Perfeito, que foi até construída pelo próprio Rafael. Nós retiramos a proposta de discussão por uma preocupação que aí a Executiva cabe ter e conversar, que é justamente sobre a questão das pautas que têm que ser apresentadas na sua integridade. Por quê? Porque nós corremos o risco de uma pauta tão importante, que é o credenciamento, e depois vai vir uma luta. E aí, Cacá é importante ter a sua ajuda, ajuda do Prefeito, ajuda do Secretário Diogo, ajuda do Rafael, ajuda da Kátia, ajuda do Nilson, que o edital que vai ser o problema, porque justamente vai cair no que você apresentou hoje, que são recursos para começar a construção. Aí que a porquinha torce o rabo. Então, nós temos uma preocupação nesse momento, Cacá, para darmos continuidade na política que o Prefeito está fazendo, que é a questão do credenciamento das propostas das entidades que foram habilitadas em 2023. Nós estamos em 2026. Então, nós temos essa preocupação. E, para finalizar aqui, até como respeitosamente você pediu a sua saída, que a questão que nós temos como importância aqui, que defende a Conferência Municipal de Habitação, tem como uma de suas principais propostas a construção do Plano Municipal de Habitação. Porque aí tem vigor de lei. Porque tem que ser discutido amplamente, primeiro pela Secretaria, segundo pelos conselheiros, terceiro pela conferência que vai ser instituída, porque vai ter todas as classes que têm essa preocupação sobre a política habitacional, dê continuidade. Nós não podemos cair naquilo que a Kátia acabou de falar. Dependendo da gestão não é prioridade. Então, essa gestão iniciou a prioridade, tendo o programa Pode Entrar. Eu acho que é prioridade conversarmos sobre a questão da Conferência Municipal de Habitação. E da conferência sai o resultado, Kátia, que é o Plano Municipal de Habitação para dar instrumentalização para os movimentos, que é isso que sabemos fazer, para ir lá à Câmara Municipal e cobrar os vereadores. Porque hoje, esse ano, nós temos uma agenda importante com a cidade, uma agenda importante com a política de Estado, que é uma eleição para governador de Estado, é uma eleição para deputado federal, que vai defender as propostas como deputado federal, que acabou de colocar a nossa problemática que foi apresentada pelo Cacá, que nós não temos alguém de representação para ir lá ao Governo Federal e cobrar o Governo Federal como se deve. Porque está estabelecido, Kátia, essa cobrança, porque aí não se fala, a própria Constituição Federal, no seu artigo 6º, estabelece a moradia como direito social fundamental. Artigo 23, no inciso 7º, que determina a competência comum da União, do Estado, dos municípios promovendo programas de construção e moradias, melhoria das condições de habitação e saneamento. Além disso, a lei federal, que é isso que o Cacá está falando, que nós temos que colocar na conferência, puxar essa responsabilidade, que independente de bandeira partidária, ele tem uma responsabilidade instituída pela Lei Federal 11.124/2005, que criou o Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social. Então, como você tem um Sistema Nacional de Interesse Social e o Governo Federal não deposita a sua parcela aqui? Como nós vamos fazer isso? Com a Conferência Municipal de Habitação, não é a Conferência da Cidade, é a Conferência Municipal de Habitação. Os conselheiros que aqui estão, querem construir juntamente com vocês, como foi falado pelo Secretário Rafael, que trabalhem em conjunto com os servidores, para termos política e ter instrumentalização jurídica para cobrarmos aquela

parcela que não está ajudando. Não pode falar que o Prefeito Ricardo Nunes tem dinheiro na cidade de São Paulo, mas qual é a nossa parcela de participação de recursos que vão para o Governo Federal? E qual a contrapartida que ele está dando? Como foi falado pelo Cacá, nós poderíamos estar construindo mais quantas mil unidades? 11 mil, Cacá? **Sr. Presidente:** 9 mil. **Sr. Maksuel:** 9 mil unidades. Com certeza, Kátia, esse pleito do Conselho Municipal de Habitação e dentro da política habitacional, que é a política que tem que ser feita, a política habitacional do Programa Poder de Entidades estaria sendo atendido. Então, é isso que eu acredito. Acho que é essa a importância também aqui da Executiva, para que possamos conversar tecnicamente, achar soluções, criar um estado de necessidade, um estado de proposta para a cidade, principalmente sobre a questão da Conferência Municipal e sobre essa questão da Resolução, para que tragamos instrumentalização e importância para as comunidades. Porque a comunidade vai olhar para nós, e vai falar que o Cacá como Presidente da COHAB, o Rafael, o Diogo, a Kátia e o Nilson estão construindo o Plano Municipal de Habitação, porque nós sabemos que a política que nós temos hoje é uma política anual. O orçamento é um orçamento anual. Então, quando criamos uma proposta de estado, que é o Plano Municipal de Habitação, que é a cidade que temos, Nilson, e você me falou uma vez isso, na época do Edson Aparecido quando era presidente da COHAB, a cidade que temos hoje e a cidade que queremos daqui a 10, 15 anos. Então, a cidade que queremos tem que ter investimento do Estado e tem que ter investimento do Governo Federal. Por isso que nós estamos aqui batendo, tenho um papel um pouco de chato, sou chato, sou meio “trezo” um pouquinho, discuto, falo, mas tudo para construir a política que realmente merece ser construída. Para que hoje, amanhã, os funcionários públicos tenham a pintura na parede, tenham uma mesa melhor, eles tenham o ar condicionado, eles tenham o cafezinho, mas eles tenham estruturação para que eles continuem uma política que vem dando certo, uma política de Estado que recebe prêmio lá fora, uma política de Estado que vemos realmente que atende às demandas que mais necessitam. E o nosso papel como movimento é garantir que tenha mais, sim, unidades habitacionais, que passem de 43 mil para 100 mil, para 200 mil, para 300 mil unidades habitacionais. Então, agradeço a você, Cacá. Era só esse abraço que eu queria te dar. O que nós falamos aqui não é só cobrar, não. Não estamos cobrando, estamos construindo uma política que realmente vai atender muitas famílias desta cidade. **Sr. Presidente:** Maksuel, acho que talvez, não sei se eu me fiz interpretar direito, mas primeiro eu estou dizendo é que vamos trabalhar para continuar fazendo habitação na cidade de São Paulo. Inclusive, agora em cima do que a Marisete disse, vamos chamar nossos líderes para poder discutir o pagamento dessas ações que já estão sendo efetivadas. Então, temos esse compromisso, mas eu só fiz lembrar para que possamos entender o momento que vivemos. De onde saímos para onde estamos. E, lógico, para onde vamos. Mas o importante é que nós na verdade possa falar com muita tranquilidade da execução da política efetiva de habitação que hoje é feita na cidade de São Paulo. E, na verdade, isso, como você mesmo disse, ela só foi possível graças aos movimentos, a um governo que olhou para essa política, por pessoas habilitadas que construíram esses programas, essas ações, e que hoje temos um concílio fortalecido. Isso só quem ganha é a cidade de São Paulo. Com todas essas ações futuras, o Plano Municipal de Habitação, todas essas discussões que só fortalecem, mostramos que mais uma vez São Paulo conduz. É isso que precisamos grafar, que São Paulo sempre conduz políticas, na verdade, responsáveis em prol da nossa população. **Sr. Secretário:** Maksuel, tenho que dizer que também assim, você já tem me ouvido poucas vezes, mas já tem percebido que concordamos em gênero e número grau. Eu concordo em absoluto com você o papel fundamental da Conferência Municipal de Habitação, como ela pode pautar uma política nacional muito séria de atendimento habitacional. Acabou de aprovar no Congresso Federal o marco civil do transporte público, e até agora não aprovamos nem um marco civil de atendimento habitacional. Então, concordo com o Cacá, que a cidade de São Paulo, a partir da Conferência Municipal de Habitação, tem o papel e o dever de pautar para o governo federal como pode ser um sistema único habitacional, ou um marco civil de habitação. Acho que temos esse papel, por isso que eu defendo muito com você a importância da Conferência Municipal de Habitação, como temos que ter um resto de ano para deixarmos essa conferência muito bem estruturada, para que no ano que vem consigamos construir uma conferência que vai ser exemplo para o país inteiro. De como podemos atuar de forma moderna no século XXI para atendimento habitacional. Como atendimento habitacional vai responder à emergência climática do mundo. Como temos um programa, como a de São Paulo, com orçamento municipal, com as limitações do Executivo Municipal, conseguiu implementar o maior programa habitacional, talvez do Hemisfério Sul, precisamos consolidar isso a partir da conferência. Então, estamos juntos nessa trilha, porque nós concordamos, acho que temos a mesma visão de futuro do papel da conferência, e conta com um aliado aqui na conferência, um total aliado para todas as horas da conferência. E que a conferência pode sim construir efetivamente o nosso Plano Municipal de Habitação. Porque ele existe, vamos ser honestos, ele existe, mas não existe. Ele foi construído, mas não foi aprovado. **Sr. Maksuel:** Engraçado, Rafael, que quando eu estive com a Elisabete França, a Câmara Municipal, para sentarmos, tem até a foto emblemática, colocaram-me na cadeira de Presidente da Câmara para conduzir os trabalhos sobre a questão do Plano Municipal de Habitação, participamos de todas as comissões, o mesmo partido que está na Presidência da República foi o partido que barrou a termos o Plano Municipal de Habitação. O mesmo partido. O mesmo partido que está na Presidência da República foi o partido que barrou ter o Plano Municipal de Habitação. Então, defender trabalhador, eu não sei onde que defende trabalhador até hoje. Mas cada um tem a sua concepção. Quando você coloca que temos que ter isso instrumentalizado, eu tenho um pensamento que isso vem de geração do meu avô, do meu pai, que não está mais aqui, ele falava: “Um sonho sonhado por um é um sonho quando você compartilha, ele tem um entendimento e começa a ser sonhado por outra pessoa, ele se transforma em realidade”. Então, temos hoje um tema - Cidade que temos e cidade que queremos - eu creio que isso vai ser, está sendo comentado em todos os lugares que eu encontro com ele, eu falo sobre a questão do Governador de Estado, sobre a questão do próximo Presidente da República, eu creio que essa conferência vai ter esse papel que você acabou de colocar. Ela vai ser, e como o Cacá colocou, vai ser condutor. São Paulo não é conduzido, ele conduz. Então, conduz na habitação, conduz no transporte público, tem que conduzir na saúde e tem que ser conduzido pelas pessoas e pelas associações que acreditam em construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos. **Sr. Secretário:** Muito bom, acho que aí concordamos. Vou abrir, acho que já meio que entrou no nosso último item de pauta, mas vamos abri-lo em oficial e progredir no nosso

último item de pauta, que são os outros assuntos. Acho que temos dois itens de discussão, que nós nos comprometemos a discutir na Executiva, vamos cumprir o que foi comprometido, que é a discussão da Resolução do Pode Entrar Entidades, para ser discutido no Conselho, no portal do pleno, acho que foi um item que sugerimos, que pudéssemos ter alguma reflexão, alguma discussão aqui na Executiva, acho que é o lócus de fazer essa discussão mais aprofundada a partir da Resolução do Entidades, vamos abrir essa discussão e abrir a nossa conversa sobre a proposta de um GT para a Conferência Municipal da Habitação, comprometemos também a discutir esse item na Executiva, acho que podemos abrir esses dois itens. Abrindo o primeiro item, que é a proposta de Resolução. A proposta de Resolução foi recepcionada pela Administração, acho que solucionamos o problema estabelecido na última reunião, que era se alguns conselheiros receberam ou não receberam, então nós enviamos novamente a proposta de Resolução para todos os conselheiros terem acesso, e estamos trabalhando para que todos os documentos submetidos também por e-mail aos conselheiros constarem em breve na atualização da página do CMH. Então, talvez vamos ter construído, já somos transparentes, mas vamos aumentar ainda mais o nosso grau de transparência, garantindo que os documentos sejam enviados para os conselheiros por e-mail e publicados na página do CMH para conhecimento prévio. Aí vamos ter plena concepção de que, olha, foi recebido e está na página do Conselho disponível junto com a convocatória. Acho que isso é uma vitória do Conselho, e estamos trabalhando para fazer isso, já tivemos duas reuniões em grupos de trabalho para viabilizar essa estrutura, muito em breve vamos viabilizar isso. A Laís tem participado conosco, a Bianca e outras pessoas aqui da comunicação para viabilizar isso. Então, eu acho que vamos submeter na nossa próxima reunião do pleno a discussão decorrente possível e desejada a aprovação da Resolução do Pode Entrar Entidades, estará na pauta. Acho que tem um ponto de discordância, não da Resolução, mas da data, e vou pontuar a discordância com a justificativa da discordância. Ser proposto que possamos fazer uma Extraordinária dia 9 de junho, temos um problema de agenda, inclusive de reservas de espaços físicos na Secretaria, que não é trivial, acho que temos estabelecido vários pontos de contatos com a Sociedade Civil, temos o Conselho Municipal de Habitação, tem o Conselho Municipal da Política Urbana, tem a Câmara Técnica de Gestão Urbanística, tem os Conselhos Gestores das Operações Urbanas Faria Lima, Água Espraiada, Água Branca, bairros do Tamanduateí, os Conselhos Gestores da IU, a IU Setor Central, as três IUs que constam no Pio Jurubatuba, a IU que consta no Pio Pinheiros. Então, são diversos mecanismos de controle social que são estabelecidos, que o lócus é este prédio, porque eles são concentrados na Secretaria de Habitação e na Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. Então, temos uma dificuldade pragmática e material de alocação de espaço físico. Por isso que eu acho muito complexo mudarmos uma data previamente reservada para uma Extraordinária. Entendo a urgência, reconheço a urgência de discutirmos dia 9. **Sr. José Tadeu:** Teria como ver a possibilidade? De repente está vago esse dia, ou um dia próximo, para fazermos uma Extraordinária, especialmente para esta pauta, que é de extrema importância para o Conselho. **Sr. Secretário:** Não nos furtamos a consultar a data, mas eu já estou fazendo a desculpa prévia de nós vamos procurar a data, mas se de fato não conseguirmos, não se sintam preteridos ou que não demos atenção ao pedido, foi por efetivamente impossibilidade de conseguir atender ao pedido. Vamos consultar a possibilidade de alocação de espaço, um espaço adequado para receber o Conselho, porque o Conselho merece um espaço adequado para ser recepcionado, e não vamos cumprir talvez a data do dia 9 em virtude de não conseguirmos um espaço. **Sra. Luzia:** Precisa ser exatamente no Martinelli? Porque temos outros espaços da própria Prefeitura que poderia ser utilizado. SIURB tem auditório muito bom, a Biblioteca Mário de Andrade tem auditório muito bom. **Sr. Secretário:** Quando procuramos reserva de datas e de agendas, a equipe procura outros espaços na Prefeitura também. Vamos procurar algum espaço disponível para tentar viabilizar, e só não vamos atender, de fato, se não for possível. Mas, de novo, se ela não acontecer no dia 9, ela vai estar na pauta do dia 18. **Sr. Maksuel:** Secretário, como eu indiquei até anterior a outros assuntos, a questão da disponibilização para a efetuação da Extraordinária, eu retiro dentro da questão e coloco aqui para a consulta dos demais conselheiros. Se não houver óbvio, eu retiro a questão da solicitação de fazer uma Reunião Extraordinária. Desde que também já está previsto na nossa Ata, como eu não tinha recebido a Ata, recebi hoje, até agradeço à secretária por ter me disponibilizado, está disponibilizado até aqui por você, que vai ser pauta exclusiva da próxima reunião do pleno do Conselho Municipal de Habitação. E hoje aqui, até peço pela parte técnica o Nilson, aproveitando o Nilson e a Kátia que estão aqui, sobre só a questão do texto apresentado. Como foi apresentado, já fazendo uma observação, por mim conselheiro, mas com consulta prévia dos demais conselheiros que participaram do processo de construção do texto, se o texto apresentado, creio que já foi feito a leitura do texto por você, pela Kátia e pelo Nilson, se tem algum óbice sobre a questão do que está escrito, ou se aquele texto vai ser o texto integral apresentado no pleno do Conselho. Acho que a discussão, podemos partir dessa premissa. **Sr. Secretário:** Nós já tramitamos a proposta de Resolução num processo administrativo, num processo SEI, para manifestação da nossa assessoria jurídica e, em consequência, manifestação das áreas técnicas. **Sr. José Tadeu:** Tem o número do processo SEI, Rafael? **Sr. Secretário:** De cabeça eu não tenho, mas podemos disponibilizar. **Sra. Luzia:** Esse processo está aberto para consulta? **Sr. Secretário:** O processo é aberto para consulta. O processo segue os critérios de transparência, de ser um processo público, porque não tem nenhum documento restrito, nem informações pessoais. **Sr. Maksuel:** Só colocando como observância, é importante você colocar na divulgação da Ata justamente o processo SEI, que teve uma tramitação interna correspondente ao número do processo SEI tal. Porque fica mais evidenciado que realmente teve, não para nós, mas eu creio para todos os outros conselheiros. **Sr. Secretário:** Acho que sim, já que estamos trabalhando para que as Atas fiquem disponíveis, associadas às reuniões, na página do Conselho Municipal de Habitação, nada melhor do que as discussões que fiquem registradas aqui fiquem lá na Ata. Então, faço registro para que se consultar na ata o número do processo SEI, que vamos disponibilizar, da tramitação da Resolução proposta pelo conselheiro, que será discutida na próxima reunião do Conselho Municipal de Habitação. **Sr. Maksuel:** Só pela questão técnica. Kátia, você tem alguma observação sobre a questão do texto apresentado, sobre a tramitação, para que possamos ter esse texto da integridade no pleno do Conselho? Tem alguma observação? Nilson, tem alguma observação? Para fazermos o encaminhamento, que essa reunião foi conversado sobre a questão da proposta de Resolução apresentada no pleno. Só para constar em alta, por favor. **Sra. Kátia:** Na realidade, eu vi o texto, o texto está

excelente, não posso falar do texto, porque o texto está muito bom, mas acho que tem algumas coisas que podemos acrescentar. Mas isso são coisas pontuais. Não vejo grandes modificações, nem nada a ser alterado, mas mais acrescentado do que alterar ou excluir. **Sr. Nilson:** Tem alguma coisa que o jurídico pode apontar, e que vamos fazer ajustes pequenos e finos, nada de excepcional. **Sr. Secretário:** Aproveitando, acabamos comentando aqui, toda a nossa regulamentação é por portaria. Vocês sabem que o Pode Entrar tem a lei, a lei estabeleceu que o Poder Executivo pudesse em qualquer ato, tanto do Secretário como do próprio Prefeito, por decreto, pode regulamentar modalidades do programa. Recentemente houve uma discussão interna nossa sobre o Pode Entrar Empresas, que é uma modalidade do programa que já existe, já foi inclusive regulamentada por portaria em outra fase, e ela está muito parecida com essa modelagem do Pode Entrar Entidades, porque ambos foram modalidades criadas com base no que já temos na esfera federal. Claro, diferente, porque aqui é Pode Entrar e o município atua de forma distinta do governo federal, mas como as políticas se complementam, não podemos desconsiderar que o programa Pode Entrar, ele acaba sendo uma complementação daquilo que o governo federal não conseguiu fazer porque São Paulo é uma metrópole. E aqui nós acabamos tendo a necessidade de criar um programa específico para conseguir atender as demandas do município. Nós estamos discutindo exatamente uma portaria para regulamentar uma modalidade do programa, como aconteceu na fase 2 do Entidades, que vocês estão criando aí. **Sr. Maksuel:** Então, recomendo ao seu Secretário a anuência, para que nós possamos ter a anuência de todos os conselheiros sobre a questão de levar ao pleno. Sei que já está definido na Extraordinária, mas também fica consensual dos conselheiros aqui da Executiva para fazer essa recomendação do texto ao pleno para ser discutido e aprovado na próxima reunião. **Sr. Secretário:** Perfeito. Vamos colocar em votação a inserção da Resolução do Pode Entrar Entidades no pleno do Conselho Municipal de Habitação, na nossa próxima reunião, que está no dia 18 de junho. Aqueles que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Já atualizando, recebi a colinha aqui da eficiente Bianca, enquanto falávamos do processo SEI da tramitação da Resolução, para que conste na taquigrafia o número do processo SEI O processo de tramitação da Resolução proposta pelo Conselheiro Maksuel está no processo 6014-2026-0003129-4. Está tramitando já, pelo que estou olhando aqui, a tramitação está em análise da assessoria jurídica. Comprometemo-nos também com o tempo regimental e regulamentar, enviar o parecer jurídico aos conselheiros para que eles tenham análise do parecer jurídico para fazer a apreciação e deliberação na nossa reunião do Conselho. Obrigado, conselheiro. **Sr. José Tadeu:** Com a devolutiva que realmente o conselheiro recebeu. **Sr. Secretário:** Claro, claro, com a devolutiva. E esperamos que até lá que o portal do CMH na SEHAB esteja pronto para podermos colocá-lo lá também. **Sr. José Tadeu:** Essa atualização que teve no Habita Sampa? **Sr. Secretário:** Não, já estava em curso. Estou avaliando ainda. Vamos abrir o último item de pauta. Embora já tenhamos discutido rapidamente, acho que vale a bem falar um pouco sobre o grupo de trabalho de organização da nossa Conferência Municipal de Habitação. Então, propusemo-nos discutir um pouco isso na nossa reunião de Executiva. Claro, não temos a expectativa aqui de ser resolutivo, de chegar a respostas finais, etc. É mais um toró de ideias, uma discussão inicial para começarmos abrir o trabalho do que poderia ser um pretenso grupo de trabalho para a discussão da Conferência Municipal de Habitação. Acho que podemos fazer uma rodada rápida aqui de ideias, o que vocês estão pensando. Acho que o tema proposto pelo conselheiro Maksuel é pertinente, atual, relevante para termos como ponto de partida, concordo com o tema proposto. Está aberta a discussão. **Sr. Maksuel:** A questão sobre que nós falamos na reunião extraordinária do CMH, de ter o grupo de trabalho, é justamente um grupo que possamos discutir quando vai acontecer a conferência, como vai acontecer a conferência, qual a estrutura que é necessária para a conferência e de onde sairão os recursos para acontecer essa conferência. Então, o que nós propusemos, é que ele fosse paritário entre os movimentos sociais e a própria Secretaria Municipal de Habitação. Então, a minha proposta é que tenha pelo menos cinco membros de cada, porque nós ficamos para discutir quantos membros seriam, para que o próprio GT não entre em prejuízo. Marcamos um dia, como já foi falado, a própria Secretaria não tem disponibilidade de sala própria para que sejam realizados esses embates e essa conversa da importância da conferência. Se tiver muita gente e as pessoas não virem, ela fica em prejuízo. Então, que tenham pelo menos, no mínimo, cinco pessoas de cada dos movimentos sociais, da Sociedade Civil organizada e também da Secretaria Municipal de Habitação. Mas é uma proposta. **Sr. Secretário:** Tenho uma reflexão para fazermos. Ser paritário é fato consensual que um espaço participativo tão amplo como este, não só pode, como deve ser paritário. Tenho um pouco de dúvida só de fazermos uma divisão bipartite entre movimentos populares e Poder Público. Eu tenho medo de excluirmos outros segmentos da Sociedade Civil. Então, temos talvez três núcleos, Poder Público, movimentos populares, Sociedade Civil, cinco pessoas de cada núcleo. É essa a proposta. Quinze pessoas, eu acho um pouquinho muito... Eu acho muito pesado. Fico pensando se talvez três de cada núcleo pudesse ter ações focadas, etc. Garantimos uma participação paritária de entidades que representem os empregados, os servidores, universidade, movimentos populares. Em vez de cinco, três. Mas qual a explicação de três? Vozes da minha cabeça. Não é nada técnico ou metodológico explicado. **Sr. Maksuel:** Como falei, é uma proposta levarmos para o pleno. Na reunião extraordinária do pleno ficou definido que essa discussão da quantidade ia ser definida pela Executiva. Ela não vai ser aberta novamente para discussão no pleno. Para mim, eu não vejo problema se tiver três representantes da Secretaria, se tiver três representantes dos movimentos e se tiver três representantes da Sociedade Civil. Não vejo nenhum tipo de problema. Tenho essa mesma preocupação, quanto mais pessoas, mais discussão, mais aprofundamento. E nós precisamos de uma equipe técnica que possa ver a questão justamente, possa ter um olhar sobre todas as áreas. Exemplo, sobre a questão de cortiço. É importante ter um representante para que possamos discutir essa temática de cortiço. Sobre a questão do orçamento. É importante termos uma pessoa técnica para que possamos ver como possamos instrumentalizar para ter recursos e garantir esses recursos. Sobre a questão da Sociedade Civil organizada. É importante ter pessoas para que possamos ter experiências. Um exemplo muito bem claro. Sobre a operação urbana. Vamos utilizar isso? Vai estar no Plano Municipal de Habitação? Como nós vamos fazer isso? Como nós vamos abrir essa discussão? Então, uma coisa é você pensar na conferência sobre a questão de estrutura de realização. Outra coisa é ter o texto técnico para você apresentar nos grupos temáticos sobre a questão da conferência municipal. E o texto tem que ser muito bem elaborado porque ela não pode virar uma discussão vazia ou só de participação popular. **Sr.**

Secretário: Sem dúvida, concordamos. **Sr. José Tadeu:** Dá um total de quantos com três? **Sr. Secretário:** Com três, seriam nove. E com cinco, seriam quinze. **Sr. José Tadeu:** Melhor cinco, minha visão, porque sempre tem gente que falta. São quinze com suplentes? **Sr. Secretário:** Grupo de trabalho não tem suplência. Então, quinze. Superconcordo, acho que é ponto consensual, então, não vejo nenhum problema de irmos nessa direção. Talvez nesse grupo de trabalho que vai estruturar o trabalho para a Conferência Municipal de Habitação. **Sr. José Tadeu:** A gente estabelece hoje também datas? Uma vez por mês? **Sr. Maksuel:** Cria a quantidade aprovada hoje e aí a própria Secretaria tira a data. Na verdade, cria-se a quantidade e no pleno vai tirar quem vai participar. **Sr. Secretário:** Exato. **Sr. Maksuel:** Pode ser que no pleno o Secretário já tenha um indicativo de data. Vai levantar a mão, vai escolher quem quer participar do GT, ele vai colocar para aprovação, vai ser aprovado pelo pleno quem vai participar do grupo, aí tem as suas responsabilidades. No caso, a Kátia também, porque provavelmente tem uma diretriz de participação de como participar do grupo, qual a sua função do grupo, qual a finalidade que é construção da Conferência Municipal. O que pode e o que não pode fazer, é importante a Kátia trazer essa luz para a discussão do pleno. E aí já se deixa o indicativo de data. **Sra. Luzia:** Exatamente por conhecer os espaços que nós temos e saber das dificuldades que tem de espaço, eu penso que a própria Secretaria poderia já verificar a possibilidade de horário, data e espaço e apresentar na reunião do pleno duas ou três datas para que se vote ou que se decida com quem for sindicado para poder escolher essas datas com o local já definido. Porque eu sei da dificuldade que é para você encontrar sala e espaço para reunião aqui. Então, se já traz três datas com possibilidade, já facilita. Aí já saímos da reunião com a data da reunião do grupo de trabalho já agendada. E aí ninguém vai poder dizer assim: "Olha, eu não sabia". **Sr. Secretário:** Eu acho que encaminhamos sim para cinco representantes de cada grupo, Poder Público, Movimento Popular e Sociedade Civil, todos que concordam e aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Acho que saímos daqui com essa com essa proposta para levar para o pleno, de ampla concordância. Quanto à data, eu tenho uma sugestão. Na reunião do pleno comunicamos os cinco indicados. Já coloca no pleno a indicação dos cinco indicados pelos representantes de cada grupo. E, se tiver que colocar em votação, colocamos em votação. Acho que a data, podemos indicar a primeira data de reunião desse grupo de trabalho, mas quanto à periodicidade, eu acho que poderíamos sugerir que o grupo de trabalho tenha um prazo para definir um plano de trabalho, e para que esse plano de trabalho definido pelo grupo de trabalho, apresente qual é a periodicidade dos encontros. Então, o grupo de trabalho vai se reunir, sei lá, qualquer data que seja de junho ou de julho, e a partir da primeira reunião, tem 30 dias para apresentar um plano de trabalho para o Conselho. E aí o Conselho delibera sobre esse plano de trabalho, já dá efetividade ao grupo, e o grupo vai dizer, olha, nosso plano de trabalho talvez entenda que tem que ter reunião trimestral, mensal, etc. Acho que podemos ser resolutivo, o grupo tem um prazo para entregar um plano de trabalho, então tem tarefa e tem prazo, como engenheiro, eu entendo que tarefa tem que ter prazo, senão ela não é entregue. **Sr. Maksuel:** Só para deixar claro, a proposta de termos a Conferência Municipal não se restringe basicamente a este ano. Tem uma construção que tem que ser feita. A discussão, porque isso tem que ser levado também para o Prefeito da cidade de São Paulo. Como eu falei, um sonho sonhado por um sonho, o sonho sonhado pelo Prefeito da cidade de São Paulo se transforma em realidade. Para justamente ter esse anseio que nós queremos a Conferência Municipal da cidade. O Secretário, o Secretário Adjunto, o Presidente da COHAB tem que se fazer uma reunião com o Prefeito da cidade de São Paulo e ele tem que entender justamente essa importância que vai ser dada, que você acabou de falar, o Cacá acabou de falar, por que é importante, qual é o anseio dos conselheiros, qual é a necessidade, o que os conselheiros estão pensando da importância de termos a construção da Conferência Municipal de Habitação da Cidade que Temos, da Cidade que Queremos, o que nós queremos com essa conferência, que é falar sobre a questão da regularização fundiária e termos recursos para isso, a regularização não é só uma manifestação de vontade, é ter recursos para isso ser realizado. Sobre a questão de cortiços na cidade de São Paulo, como que vai ser tratada a política de cortiços e tem que estar inserida na questão do Plano Municipal de Habitação. L1 e L2, um exemplo claro, que é uma discussão *ad eternum* aqui sobre áreas que estão contaminadas, como que vai ser dada essa questão de áreas contaminadas na cidade, quais são as remediações, porque isso envolve a questão da própria Secretaria, envolve a questão da COHAB, é uma preocupação que nós temos, que tem áreas ocupadas na cidade com comunidades, com bairros, com favelas estabelecidas, estão em cima de áreas plenamente contaminadas. Então, tem que criar uma instrumentalização que não fique dependendo só da CETESB para fazer isso, o município tem que ter instrumentos e tem que ter legalidade, como nós temos com o Nilson e com o Terêncio sobre a questão, até colocando como exemplo o próprio Fernando da Petrobras, que é os pilotis. Como que se dá isso? Como que se faz isso? Como que se cria uma nova política habitacional? Áreas que estão contaminadas, que são prédios de Singapura, mas a área é boa para construção, como que faz isso? Derruba e constrói de novo? Utiliza novas técnicas de construção para a utilização dessa área com menos perigos de explosão? Então, a discussão tem que ser dada sobre a questão do Plano Municipal de Habitação e da política habitacional da cidade de São Paulo. **Sr. Nilson:** Maksuel, você sabe bem que nós temos um plano bem ambicioso lá no L1 e L2, e aquilo lá é um investimento grande na cidade, que podíamos partir para isso aí, solução tem. É caro? É. **Sr. Edson:** Nós estamos fazendo, o Nilson pode falar, na Vila Leopoldina. **Sr. Nilson:** Sim. Lá na Leopoldina existe um contaminante poderoso, mas nós temos essa área do Heliópolis L1, que é uma solução um pouquinho mais radical, porque lá eu tenho aqueles empreendimentos que eu tinha que em tese tirar os térreos e é muito difícil lá. Eu tenho uma situação pior que lá, muito pior que é no Cachoeirinha. **Sr. Maksuel:** Nós temos uma questão, uma utopia que nós temos, e é difícil. Se tiver o Plano Municipal de Habitação, a Conferência Municipal de Habitação, nós vamos poder apresentar essa proposta, essa remediação. E se for aprovado, Kátia, vira política, porque vai estar no Plano Municipal de Habitação, vai ser discutido pelos vereadores, os movimentos vão se mobilizar para isso, que é isso que nós sabemos fazer, para ter a discussão dentro da Câmara Municipal, dentro das comissões previstas, para justamente que isso vire política de Estado. Nessas situações como agir. Porque senão a COHAB fica limitada, a Secretaria fica limitada, porque é um plano ambicioso, que nós temos a proposta dos 3RC, que é regularização, reconstrução, regularização e construção, por isso que é C, reconstrução. Tem áreas que nós não temos que passar um batom, passar uma maquiagem. Tem áreas que, como Heliópolis, que eu creio, que é isso que eu defendo também, tem que demolir, porque você passa de 468

unidades habitacionais construídas na modalidade H, que são cinco apartamentos que não têm o trânsito do ar livre no térreo, e você passa para 18 andares dentro da Lei de Zoneamento Urbano da cidade de São Paulo. Você sai de 468, você vai para 2.360 unidades habitacionais. Olha o que você faz. Então, você justifica. Para aquelas famílias que estão ali, as 468 famílias, quais condições você dá? Você vai criar um apartamento novo, com elevador, com condições, com playground, com toda a infraestrutura que a política habitacional hoje dá para a cidade de São Paulo, mas você dá também isenção da sua unidade habitacional. E você vai ter ali novos vizinhos, uma nova possibilidade de construção. Então, acho que é um sonho que nós temos. Obrigado, Nilson, pela sua contribuição e colocação, que o Secretário também, creio que ele está sonhando juntamente conosco. É um sonho que a Kátia tem há muito tempo, que é fazer justamente a construção dessa política que vai partir, sim da Conferência Municipal de Habitação da cidade de São Paulo. **Sr. Edson:** E tem muitas áreas contaminadas em São Paulo. **Sr. Maksuel:** Hoje o maior problema da cidade é área, então você vai criar área onde já tem uma política construída. Então, você traz iniciativa privada. Você tem como fazer operação urbana com áreas, modalidade de operação urbana dentro da política de construção do Plano Municipal de Habitação, que você traz a iniciativa privada. Então, vai fortalecer o Plano Municipal de Habitação. O Secretário não vai ficar dependendo só da aprovação do recurso do que ele tem de peça orçamentária para aprovar, ele vai ter recurso direto. **Sr. Edson:** E tem o valor da terra. Se a terra teoricamente não vale nada, a partir do momento que você descontamina, ela passa ter um valor de mercado e entra numa composição de custo até na área privada, na iniciativa privada. **Sr. Maksuel:** É por isso que a Executiva, ela tem esse poder de conversa, que no pleno você não tem, você tem 16 conselheiros dos movimentos, mais os outros conselheiros, que não temos esse tempo para fazer esse debate, esse aprofundamento, e tem que dado na Executiva. **Sra. Luzia:** Dada a importância da conferência de São Paulo, a cidade maior do país e tudo que pode surgir, o Plano Municipal de Habitação e tudo mais. Volto à discussão inicial que foi informativo da reunião de hoje, a questão do orçamento. A previsão de custos e gastos para a realização dessa conferência já vai ser colocada para o ano que vem? Porque acho que tudo isso também precisa ser pensado, porque isso envolve custos. Precisamos fazer uma conferência, que as pessoas possam participar e tenha toda uma qualidade, e que ela cumpra com o propósito dela, então a previsão disso. **Sr. Secretário:** Na peça orçamentária que vai ser submetida para o ano que vem, estamos prevendo recurso. Claro, não temos clareza se vai ser aprovado, estamos pedindo, precisamos pedir e estamos colocando esse pedido. **Sr. José Tadeu:** Já tem? **Sr. Secretário:** Estamos fazendo estimativa ainda, não temos ainda. **Sr. Maksuel:** Temos que discutir qual que vai ser a proporção. **Sr. Secretário:** Exato. **Sr. Maksuel:** E aí dentro dessa proporção, aí sim faz uma parte técnica orçamentária. E aí temos que fazer isso virar um apelo. Começamos a discussão, pegar o Prefeito da cidade de São Paulo e ele vir isso com os Secretários, que é o Secretário Diogo e o Adjunto, juntamente com o Presidente da COHAB, e ele falar sobre isso. E debatermos isso, virar realmente virar uma pauta nossa. Porque não consigo levar para o meu movimento lá a importância da conferência e o pessoal começar a ver em longo prazo. **Sr. Secretário:** Estamos propondo criar a rubrica da conferência e vai começar a dizer qual é o tamanho, vamos trabalhar nesse sentido. Então, só encaminhando, vamos submeter no pleno do Conselho a indicação de cinco pessoas por grupo e, na reunião do pleno, vamos propor uma primeira reunião para o grupo de trabalho se encontrar, trabalhar num plano de trabalho com um prazo que podemos pactuar também no Conselho, no pleno no nosso próximo encontro. **Sr. José Tadeu:** Para o dia 18. **Sr. Secretário:** Para o dia 18. Acho que temos que refletir se deixamos o dia 18 como pauta exclusiva, discutir a Resolução do Pode Entrar Entidades, e aí na próxima reunião do Conselho pautamos essa discussão da Conferência das Cidades. A gente pauta e, se tiver prejuízo do horário. A Resolução é a pauta prioritária e ela é a principal. Em função do tempo, decidimos se é indicação para o próximo ou depois. **Nada mais havendo a tratar, o Senhor Rafael Barreto Castelo da Cruz (SEHAB) encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.**